



**EXPERIÊNCIAS DE COMERCIALIZAÇÃO
AGROEXTRATIVISTA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DO RIO DOS COCHOS,
JANUÁRIA/CÔNEGO MARINHO - MG**

**LAVRAS - MG
2010**

CAMILA DA SILVA FREITAS

**EXPERIÊNCIAS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTA
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO DOS COCHOS,
JANUÁRIA/CÔNEGO MARINHO - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão social, ambiente e desenvolvimento, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador
Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

**LAVRAS - MG
2010**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Freitas, Camila da Silva.

Experiências de comercialização agroextrativista dos agricultores familiares do Rio dos Cochos, Januária/Cônego Marinho - MG/
Camila da Silva Freitas. – Lavras: UFLA, 2010.

118 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2010.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Mercado. 3. Conhecimento tradicional.
4. Produção agroextrativista. I. Universidade Federal de Lavras. II.
Título.

CDD – 305.63

CAMILA DA SILVA FREITAS

**EXPERIÊNCIAS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTA
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO DOS COCHOS,
JANUÁRIA/CÔNEGO MARINHO - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão social, ambiente e desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 7 de maio de 2010

Prof. Dr. Elias Rodrigues de Oliveira UFLA

Profa. Dra. Flávia Maria Galizoni UFMG

Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
UFLA
(Orientador)

**LAVRAS – MG
2010**

Aos agricultores e agricultoras familiares das comunidades rurais do rio dos Cochos e à Associação dos Usuários da sub-bacia do rio dos Cochos – Assusbac que, com muita fé, disciplina e amor, lutam pela revitalização do rio,

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade concedida. Agradeço imensamente aos meus pais, Terezinha e Sebastião, pelo apoio, compreensão e confiança no meu trabalho. Eles, sem dúvida, são a base do que construí desde a graduação, minha opção pelo trabalho. A minha irmã, Leila, que, com as reflexões sobre o mundo, me ajudou a perceber a solidariedade em vários lugares que antes eu não percebia. Meu agradecimento especial ao meu orientador Eduardo Ribeiro, cujo aprendizado ultrapassa os acadêmicos: aprendizado, confiança e maturidade construídos ao longo de seis anos de trabalho. Serei eternamente grata e, certamente, o que vivenciei neste período me acompanhará no meu trabalho, na minha vida e na maneira como percebo as coisas. É certo que, sem a revisão tão cuidadosa que fez, o texto desta dissertação não teria a mesma qualidade. Meu agradecimento a Flávia Galizoni e aos queridos amigos e amigas do Núcleo PPI, por contribuírem de maneira tão intensa na minha trajetória de trabalho e por colaborarem tanto para o meu amadurecimento profissional e pessoal nesses seis anos. Meu agradecimento a Pablo, pela colaboração tão significativa no texto e pelo apoio e paciência na construção deste trabalho: sua presença e apoio certamente fizeram meus dias mais leves e felizes. Meu agradecimento à colaboração tão bem vinda da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com a concessão da bolsa de estudos durante o mestrado; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio ao projeto (CT Hidro 555902/2006-4) e à Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais (Fapemig), pelo apoio ao projeto (SHA APQ 5058-5.05/07)

Agradeço aos meus queridos amigos Pedro Magrini (o Pedroca), Samuel e Vini, pelo apoio indescritível na elaboração deste texto: conversas, leituras, reflexões e críticas certamente amadureceram este texto e a autora dele também.

Agradeço aos funcionários(as) e professores(as) do DAE, pela colaboração e aprendizado na graduação e no mestrado. Agradeço a pessoas queridas: Bianca, Josi, Rebeca, Lúcia, Tássia, Flávia, Miriam e Angélica, por tornarem minha estadia em Lavras tão feliz. Agradeço também a minha tão querida amiga Cacá que fez dos meus dias em Januária muito leves e felizes.

Agradeço profundamente aos agricultores e agricultoras familiares das comunidades do rio dos Cochos; aos agricultores e agricultoras familiares do vale do Jequitinhonha; à Assusbac; à Cáritas Diocesana de Januária e ao Wellington, pela imensa colaboração em campo. Agradeço ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), primeira organização em que tive o prazer de trabalhar. Em especial, Zé Murilo, Tura, Valmir e João Antônio. Vocês, juntamente com Eduardo, Flávia, a “galerinha” do PPJ e os agricultores, foram meus grandes professores e desejo contribuir à altura de vocês, na minha trajetória de trabalho. Agradeço as pessoas que de maneira tão gentil e paciente dispuseram um pouco de seu tempo para ceder uma entrevista. Um agradecimento especial ao senhor Malveira, que me acompanhou em campo durante várias fases da pesquisa. O carinho e a paciência com que me concedeu as entrevistas foram essenciais na construção deste trabalho.

Um agradecimento especial, ainda, aos membros da Assusbac: Toninho, Jacy, Geraldinho, Zé Martinho, Adailton e Dona Lurdinha. O brilho nos olhos de vocês quando o assunto é a revitalização do rio dos Cochos, a força e confiança com que realizam um trabalho tão importante, mas também, ao mesmo tempo, tão difícil, sem dúvida alguma, fizeram com que eu me dedicasse mais a este trabalho. Em dias em que estava muito cansada, pensava em vocês e isso me dava novo ânimo. Sou grata!

RESUMO

A comercialização da produção agroextrativista da agricultura familiar necessita de canais específicos de entrada, os quais devem compreender as formas como agricultores familiares interagem nos diferentes mercados em que se insere. Neste estudo, pretendeu-se descrever o processo de comercialização da produção agroextrativista dos agricultores familiares do rio dos Cochos. Buscou-se analisar as efetividades e as possibilidades de escoamento da produção; analisar as limitações à comercialização e descrever os apoios nos diferentes mercados identificados. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, utilizando-se o estudo de multicasos, realizando a coleta de dados por meio de questionários semiestruturados, história oral e observação não-participante. Observou-se que a produção agroextrativista do rio dos Cochos é comercializada via mercados locais, regionais, nacionais e institucionais. A comercialização da produção agroextrativista é pautada por relações que extrapolam as eminentemente mercantis e está associada à relação dos agricultores com os recursos naturais, à cultura e às formas organizativas desta população. Concluiu-se que as ações voltadas ao apoio à iniciativa da comercialização agroextrativista devem considerar estes aspectos, além dos econômicos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mercado. Conhecimento Tradicional. Produção Agroextrativista.

ABSTRACT

The commercialization of agriculture production Agroextrativista family needs of specific channels of entry, which must be understood as the ways people interact in different traditional rural markets where it operates. This study aims to describe the process of commercialization of production Agroextrativista family farmers of the river Troughs. Seeks to analyze the achievements and possibilities of product flow, analyze the restrictions on marketing and describe the support in different markets. The methodology was a qualitative one, using the multicase study, performing the data collection through semi-structured questionnaires, oral history and non-participant observation. It was observed that the production of Troughs Agroextrativista River is available via local markets, regional, national and institutional. The commercialization of production Agroextrativista is guided by relationships that go beyond the predominantly commercial: is associated with the relationship of farmers with natural resources, culture and organizational forms of this population. The study concludes that the actions intended to support the marketing initiative Agroextrativista should consider these aspects, besides the economic.

Keywords: Family Agriculture. Fair. Traditional Knowledge. Production Agroextrativista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Principais biomas em Minas Gerais. Em destaque, o bioma Cerrado e a influência da caatinga.	24
Figura 2	Bacia do rio São Francisco, destacando o norte de Minas Gerais e o município de Januária.	30
Figura 3	Paisagem da região de Januária, de acordo com a classificação dos agricultores.	33
Figura 4	Mapa das comunidades rurais pesquisadas.	36
Figura 5	Mapa de atuação da cooperativa Grande Sertão.....	59

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Principais produtos da natureza utilizados pela população do vale do São Francisco, na década de 1950.....	52
Quadro 2	Alguns dos apoios recebidos pela Cooperativa Grande Sertão.....	62
Quadro 3	Principais apoios recebidos pela Cooperjap.....	66
Quadro 4	Apoios recebidos na venda direta.....	9
Tabela 1	Funções e valores do pagamento feito aos agricultores, que trabalharam na coleta e no beneficiamento do pequi no rio dos Cochós, em 2008.....	96
Tabela 2	Volume e valor da produção de pequi do entreposto de Sambaíba, nos anos de 2004, 2005 e 2008.....	97
Tabela 3	Volume e preço da favela comercializada na região do rio dos Cochós, Januária, MG, 2008.....	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	A região do alto médio São Francisco: bioma, clima, localização	22
2.1.1	O rio São Francisco e a ocupação humana no alto médio São Francisco	24
2.1.2	Conhecimento tradicional e agricultura familiar	27
2.1.3	Januária e Cônego Marinho: ocupação humana e ambiente	29
2.2	O rio dos Cochos	34
2.2.1	Histórico de ocupação humana e localização das comunidades pesquisadas	34
2.2.2	O conhecimento dos agricultores: compreendendo a paisagem	35
2.2.3	Principais atividades dos agricultores	39
2.3	Agroextrativismo	48
2.3.1	Agroextrativismo no Brasil: algumas considerações	48
2.3.1.1	Populações tradicionais e agroextrativismo no vale do rio São Francisco	50
2.3.1.2	Agricultura familiar e mercado	52
2.3.1.3	Canais de comercialização	56
2.3.1.4	A Cooperativa Grande Sertão	57
2.3.1.5	Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi (Cooperjap)	65
2.3.1.6	Vicentina Bispo Corte - Pequitina	69
2.3.1.7	As experiências de comercialização agroextrativista	70

3	METODOLOGIA	73
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
4.1	As vendas diretas.....	83
4.1.1	A feira livre de Januária.....	83
4.1.2	O mercado municipal de Januária	86
4.1.3	Apoios.....	87
4.1.4	Vendas diretas: algumas considerações	89
4.1.5	Desafios.....	92
4.2	A cadeia de integração suave.....	94
4.2.1	O mercado oligopsônico.....	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS	108
	ANEXOS	115

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de estudar a comercialização agroextrativista de agricultores familiares do rio dos Cochos, que é o tema desta dissertação, deve-se, basicamente, a três fatores: a história dessa população e sua relação com a natureza, a ação das organizações locais e a ação das organizações parceiras no apoio às iniciativas dos agricultores.

A região do rio dos Cochos é marcada pela presença da agricultura familiar. Esses agricultores vivem em oito comunidades rurais que ficam ao longo do curso do rio: Cabeceira dos Cochos, Sambaíba, Sumidouro, Roda d'Água, Mamede, São Bento, Bom Jantar e Baruzeiro. Eles carregam uma história de trabalho e ocupação da terra que vem se alterando ao longo do tempo.

O manejo do ambiente é baseado em conhecimentos ancestrais. Um manejo localizado, específico para aquele determinado tipo de ambiente que possibilitou que essa população se estabelecesse na região há, pelo menos, dois séculos. Cada um dos muitos agroambientes existentes na região exige um conhecimento e um manejo específico.

Mas, o acesso a esses variados espaços produtivos começou a ser limitado a partir da década de 1970, por conta da incorporação de técnicas intensivas aos processos de produção agrícola. Até os anos 1940, acreditava-se que o cerrado era improdutivo. Depois, a aplicação da biologia, da mecânica e da química revelou que esse bioma poderia ser agricultável, desde que fossem feitas correções no solo e utilizadas plantas adaptadas ao meio.

A partir da década de 1970 iniciou-se um processo de ocupação intensiva em regiões de cerrado. Para torná-lo agricultável, foi necessária a inserção de insumos químicos e de maquinário, para criar uma agricultura tecnificada. Esta nova agricultura desconsiderou, no entanto, a população rural

que vive na região e é detentora de saber local sobre o ambiente, conhecimentos estes também desconsiderados na modernização da agricultura.

Assim, ocorreu uma tomada de terras associada ao avanço da agricultura modernizada, e a dinâmica de trabalho dos agricultores do Norte de Minas seria radicalmente transformada. Foram incentivados a sistematização das várzeas, o plantio de eucalipto e a criação extensiva de bovinos, resultado da parceria entre setor público, agropecuárias e indústria siderúrgica. Com isso, muitas das áreas utilizadas em comum pelos agricultores foram tomadas. Além disso, a pressão sobre os recursos naturais só aumentou. Essa pressão se manifestou no processo de degradação das águas e da terra por dois motivos, basicamente: o assoreamento dos leitos dos rios, provocado pela erosão decorrente do plantio de eucalipto e a pressão sobre o ambiente, que começou a ocorrer devido à diminuição de áreas agricultáveis para agricultores familiares.

Porém, já na década dos 1980, os subsídios governamentais foram acabando, o que fez com que as empresas que lá se instalaram abandonassem essas áreas. No entanto, não abandonaram da maneira como a encontraram. Levaram junto a água (cuja escassez é remetida, em grande parte, aos eucaliptais e à sistematização de várzeas) e a qualidade do solo (pelo processo de erosão e assoreamento do leito dos rios).

Nesse caldo de acontecimentos, várias comunidades de agricultores iniciaram a retomada dessas áreas num processo que focava a reprodução dos sistemas produtivos e a conservação ambiental. Reagiram contra este processo refazendo as técnicas de conservação da natureza baseadas em seus conhecimentos ancestrais. Com a iniciativa dos agricultores de retomar parte de seu território que havia sido destinado às monoculturas e a busca da junção entre

produção e conservação ambiental, surgiu a necessidade de organização desses agricultores¹.

Esse esforço desembocou, então, na criação de formas organizativas próprias, e aqui se manifesta a importância para a administração em conhecer esses processos, particularmente para a gestão social², porque possibilita o fortalecimento das iniciativas coletivas e maior acúmulo das possibilidades de êxito frente aos desafios.

Havia, nas comunidades, pessoas de referência, inseridas no movimento sindical, nas comunidades eclesiais de base e nos movimentos religiosos. A Cáritas Diocesana de Januária e a Emater-MG são organizações que apoiaram essas iniciativas incipientes e, no ano de 2003, foi criada a Associação dos Usuários da Sub-Bacia do rio dos Cochos, a Assusbac, composta por agricultores das comunidades rurais abrangendo os municípios de Januária e Cônego Marinho. Nesse processo de organização, apenas duas comunidades drenadas pelo rio, Baruzeiro e Bom Jantar, não se inseriram na proposta.

A Assusbac surgiu da organização dos agricultores com a proposta de recuperação e conservação ambiental do rio dos Cochos. Revitalização que passaria a ser feita numa perspectiva de combinar técnicas conservacionistas correntes, associadas ao conhecimento científico e conhecimento tradicional dos agricultores, valorizando suas práticas ambientais e sua cultura.

A iniciativa de trabalhar com frutos do Cerrado foi surgindo no decorrer das atividades desenvolvidas pela Associação e pela Cáritas. Na mobilização e nas reuniões nas comunidades, percebeu-se essa necessidade de experimentar a comercialização dos frutos do agroextrativismo, já que havia uma produção

¹ Sobre a organização de populações tradicionais para a retomada de territórios, consultar D'Angelis e Dayrell (2006), que descrevem situação semelhante à vivida pelas populações do rio dos Cochos, na região da Serra Geral no Norte de Minas.

² Sobre o conceito de gestão social, consultar Tenório (1998).

considerável de espécies, como pequi, cagaita, pitomba, jatobá e maracujá-do-mato.

Ao lado disso, em 2006, ocorreu a inserção do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers, ou Núcleo PPJ, do qual a autora desta dissertação faz parte, junto ao Projeto de Revitalização do rio dos Cochos, em parceria com a Cáritas e Assusbac. No ano de 2007, foi iniciado projeto de pesquisa, elaborado conjuntamente entre Cáritas, Assusbac e Núcleo PPJ, a partir das demandas de ações que o projeto de revitalização apresentava.

Este projeto, apoiado pelo CNPq (CT Hidro 555902/2006-4)³ e pela Fapemig (SHA APQ 5058-5.05/07)⁴, denominado Agroextrativismo, gestão de recursos comuns e comercialização na sub-bacia do rio dos Cochos, tinha objetivo fundamental de pesquisar o manejo agroextrativista das áreas de campos e a destinação dos produtos coletados na sub-bacia do rio dos Cochos, alto-médio São Francisco e norte de Minas Gerais.

Assim, este estudo é um dos resultados desta pesquisa e apresenta o agroextrativismo praticado por agricultores familiares. Este tema tem diversas faces no contexto geral dos debates sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural. De um lado está o pensamento ligado à biologia conservacionista, no qual a natureza deve permanecer separada do homem. De outro lado está o pensamento de que essas populações tendem a conservar os recursos naturais porque dependem dele para a sobrevivência. Essas diferenças entre correntes de

3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (2009). Fundada em 1951, é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Consultar: www.cnpq.br/cnpq/index.htm,

4 Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais, FAPEMIG (2009). Criada em 1985, é uma fundação, do Governo Estadual, de fomento à pesquisa, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Consultar: www.fapemig.br,

pensamento influenciam de maneira decisiva as ações voltadas ao desenvolvimento rural e à conservação da natureza.

No primeiro caso, são desconsiderados o conhecimento tradicional, as interações e as simbioses com a natureza. Há uma tendência, neste caso, de ações totalmente distanciadas da relação dessas populações com o ambiente em que vivem. E mais, as ações voltadas ao desenvolvimento rural tendem a ser feitas a partir da noção de que somente a agricultura tecnicizada pode levar ao desenvolvimento, já que se consideram as técnicas utilizadas pelos agricultores familiares, baseadas no conhecimento tradicional, como atrasadas e ultrapassadas.

Na contramão disso está o pensamento que valoriza o conhecimento tradicional, o qual parte do pressuposto e da confirmação de que essas populações cuidam da natureza por dependerem dela para sobreviver. Nesse sentido, com a realização deste estudo, espera-se contribuir para a valorização da atividade agroextrativista praticada por agricultores familiares, na perspectiva de aliar produção à conservação ambiental, a partir de um estudo de caso sobre o tema.

O texto a seguir está organizado em quatro partes. Na primeira parte, está o referencial teórico, no qual, inicialmente, discorre-se sobre as características físicas e geográficas do Norte de Minas e apresenta-se o bioma Cerrado e a influência que o bioma Caatinga exerce na região, relatando diversidade de fauna, flora, população e cultura. Continuando a exposição, faz-se referência à influência do rio São Francisco na ocupação humana e na formação econômica do Norte de Minas, considerando que ele foi de fundamental importância na configuração da formação de uma população bem específica em todo o vale, porém, com singularidades próprias nos diversos lugares que o rio drena.

Com relação à ocupação humana, aborda-se o conceito de população tradicional e agricultura familiar. Esse conceito refer-se ao debate teórico sobre o conhecimento tradicional que essa população possui, relacionado sempre ao manejo que faz de determinado ambiente. Nesse sentido, no texto apresentam-se as diversas especificidades que nomeiam a população de agricultores do Norte de Minas: vazanteiros, caatingueiros, geralistas e barranqueiros.

Faz-se também a caracterização de Januária, no que se refere ao histórico de ocupação humana e formação econômica, além da descrição dos diferentes tipos de ambientes existentes, com base na etnoclassificação feita pelos agricultores. Apresenta-se uma breve caracterização das comunidades pesquisadas; descreve-se o histórico de ocupação humana da região e a paisagem do rio dos Cochos, relacionando-a ao manejo dos recursos naturais feito pelos agricultores, baseados no seu conhecimento e descrevem-se as principais atividades dos agricultores do rio dos Cochos (lavoura, criação de animais e artesanato).

Há ainda referencial teórico sobre o agroextrativismo no Brasil, sua origem e os principais produtos extrativos, considerando-se as diferenças entre o conceito de extrativismo e agroextrativismo. Aborda-se a relação dos agricultores do Norte de Minas com a atividade, fazendo referência, ainda, à discriminação dos diversos mercados em que se insere a agricultura familiar, expondo algumas experiências de comercialização dos frutos do Cerrado no Norte de Minas.

Na segunda parte, descrevem-se as abordagens metodológicas utilizadas na pesquisa, as quais são de cunho qualitativo, devido à natureza da pesquisa.

Na terceira parte, apresentam-se os principais resultados e discussões desta dissertação, descrevendo os canais de comercialização do rio dos Cochos, as dificuldades de entrada da produção agroextrativista nestes canais, as possibilidades de inserção dos produtos em diferentes mercados e os tipos de

apoio recebidos para a comercialização, segundo os dados da pesquisa de campo. Concluindo, são feitas algumas considerações finais relacionadas aos resultados da pesquisa.

Este trabalho foi realizado com o objetivo fundamental de descrever o processo de comercialização da produção agroextrativista dos agricultores familiares do rio dos Cochos, situado nos municípios de Cônego Marinho e Januária, no norte de Minas Gerais. Especificamente, buscou-se analisar as efetividades e as possibilidades de entrada da produção agroextrativista nos diferentes mercados, além de analisar as limitações à comercialização agroextrativista e descrever os apoios nos diferentes mercados identificados na pesquisa.

O tema desta dissertação justifica-se pelas tantas situações de encurralamento que agricultores familiares no Brasil vêm enfrentando, particularmente após a década de 1970, com os incentivos à modernização da agricultura e à criação de “parques de conservação à natureza”. Essa situação de encurralamento é percebida, no caso da criação dos parques e reservas, pelas diversas regulações ambientais que são impostas a estas populações, que os deixam impossibilitados de qualquer ação produtiva e conservacionista nessas áreas. Isso se associa à degradação ambiental que a modernização da agricultura provocou em regiões como o Norte de Minas, como a ocasionada pela Revolução Verde, que depauperou recursos e aumentou a pressão sobre o consumo de recursos do meio ambiente. Assim, as áreas utilizadas pelas populações tradicionais foram drasticamente reduzidas.

O tema justifica-se, ainda, pela consistência das iniciativas de retomada de territórios por agricultores familiares, na perspectiva de aliar produção à conservação ambiental, orientada pela articulação local. Estas iniciativas, geralmente, são exitosas porque partem da necessidade de organização dos agricultores para manter seu território e da percepção da população local na

conservação dos recursos. Justifica-se, ainda, pela pluralidade de desafios que essas situações apresentam para o campo teórico da administração que, assim como as políticas de desenvolvimento, tende a analisar os processos de comercialização apenas sob a ótica econômica.

Nesta dissertação, propõe-se colaborar com os debates tão importantes para a gestão social, partindo da valorização dos saberes tradicionais e da conservação dos recursos da natureza, aliada à produção e à conservação ambiental. Espera-se contribuir com o debate e com as iniciativas neste campo, a fim de direcionar ações para questões que vão além das estritamente econômicas e que passam essencialmente pelas formas de ampliar a organização da sociedade civil.

Nesta perspectiva, as possibilidades abertas ao campo da gestão social de ações feitas a partir da organização local da sociedade civil são enormes. Estas experiências devem ser relatadas nem tanto a partir da perspectiva de darem certo ou não, mas pelo que elas representam, e pelo que representam nas experiências que dizem respeito ao processo de comercialização. Diferentemente da gestão estratégica, que considera apenas a esfera econômica, a gestão social leva em consideração também a esfera social, política e ética, considerando os sujeitos como agentes ativos no processo de construção de ações.

Desse modo, essas experiências devem ser relatadas sob esta perspectiva: o avanço que representa a organização local, no caso aqui estudado a organização dos agricultores, para enfrentar um desafio: aliar produção à conservação ambiental. Ainda o desafio de colocar produtos do agroextrativismo em mercados, considerando os aspectos econômico, cultural, ambiental. Este exemplo pode servir de base para ações pautadas pelo respeito a essas articulações, ou seja, respeito ao conhecimento dos agricultores, para que não sejam tão destoantes da realidade, já que nascem da organização local, de um desafio comum a pessoas de uma região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A região do alto médio São Francisco: bioma, clima, localização

Nas características físicas e geográficas da região do alto médio São Francisco ocorre a predominância de cerrado com a transição para a caatinga e o clima semiárido. Essas características edafo-climáticas semelhantes às da região nordestina ocorrem devido à área de transição entre a região semiárida do nordeste e a região úmida do sudeste (ANDRADE, 1975 citado por OLIVEIRA et al., 2000).

Embora com predominância do bioma Cerrado, o bioma Caatinga influencia principalmente a temperatura e o índice pluviométrico. A predominância do cerrado configura uma grande variedade de vegetação, fauna, flora e culturas materiais distintas no meio rural. O universo cultural se relaciona intimamente com a grande diversidade biológica (GUIMARÃES, 2000).

Em estudos de Ribeiro (2005) fica demonstrada a importância do cerrado. O Brasil possui oito grandes ecossistemas: Floresta Amazônica, Cerrado, Campos do Sul, Mata de Araucárias, Caatinga, Mata Atlântica, Cocais e Pantanal. O Cerrado se destaca por ser o segundo maior bioma em extensão e, no estado de Minas Gerais, ocupa 53% do território. Além disso, é nesse bioma que se encontra o nascedouro das principais bacias hidrográficas do continente sul-americano: a amazônica, a platina e a san-franciscana (GUIMARÃES, 2000).

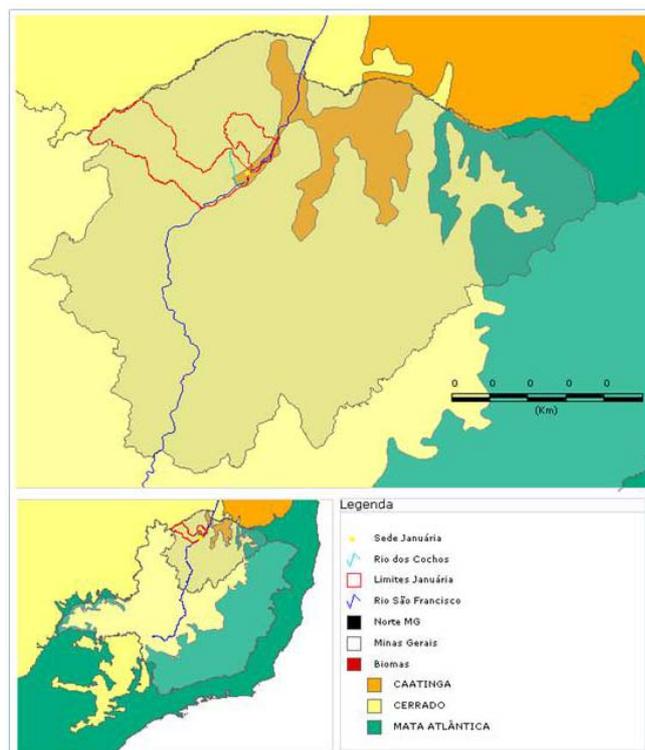


Figura 1 Principais biomas em Minas Gerais. Em destaque, o bioma Cerrado e a influência da caatinga
 Fonte: Agência Nacional das Águas, ANA (2010)

O bioma Cerrado apresenta em seu interior uma grande diversidade de fisionomias. Dias (1996) afirma que as regiões de Cerrado são como um grande mosaico de paisagens

dominado por diferentes fisionomias de savanas estacionais sobre solos profundos bem drenados das chapadas (os Cerrados), ocupando mais de 2/3 das terras, que são recortadas por estreitos corredores de florestas mesofíticas perenifólias ao longo dos rios (as matas de galeria) ladeados por savanas hiperestacionais de encosta (os campos úmidos) ou substituídos por brejos permanentes (as veredas). Esse padrão é interrompido por encaves de outras tipologias

vegetais: savanas estacionais de altitude (os campos rupestres), savanas estacionais em solos rasos (os campos litólicos), florestas xeromórficas semidecíduas (os cerradões), florestas mesofíticas dos afloramentos calcários (as matas secas), florestas mesofíticas de planalto (as matas de interflúvio), savanas hiperestacionais aluviais com murunduns (os pantanais), florestas baixas xeromórficas decíduas em solos arenosos (os carrascos), além dos ambientes diferenciados associados às cavernas, lajeados, cachoeiras e lagoas (DIAS, 1996, p. 17).

O clima é classificado como Aw, na escala de Köppen, tropical úmido com inverno seco. As temperaturas médias anuais variam em torno de 24°C, com amplitude anual de 16°C a 34°C. Outubro e novembro são os meses mais quentes e junho e julho, os mais frios (BRANDÃO; MAGALHÃES, 1991).

A localização de Januária no trecho alto-médio da bacia do rio São Francisco, que drena ainda parte do nordeste do país (Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe), exerceu forte influência na maneira como se configurou a ocupação humana da região (COELHO, 2005).

2.1.1 O rio São Francisco e a ocupação humana no alto médio São Francisco

O rio São Francisco, que nasce na serra da Canastra, no sudoeste de Minas Gerais, forma uma bacia de 640 mil quilômetros quadrados, que cobre cerca de 7,5% do território nacional. Suas águas se encontram em território exclusivamente brasileiro. É conhecido como o “rio da unidade nacional”, por ter tido forte influência na colonização do interior do país (PIERSON, 1972).

Coelho (2005, p. 29) relata a importância da bacia do rio São Francisco:

sendo a porta de entrada para o território das minas e de todo o interior, ele também foi a rota para serem atingidos os campos do Piauí e Maranhão, assim como a bacia do Tocantins-Araguaia e do Paraná. Como o São Francisco foi o

ponto de irradiação da pecuária, ele se converteu no eixo das comunicações litorâneas e as do sertão do Piauí.

Na região mineira que vai da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha se concentrou grande parte do povoamento, nos séculos XVII e XVIII. As principais aglomerações eram Vila Rica (hoje, Ouro Preto), Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (hoje, Serro) e Arraial do Tejuco (hoje, Diamantina). Eram áreas de intensa atividade de mineração de ouro e diamantes (PRADO JÚNIOR, 2007). A área do rio São Francisco, que depois veio a ser Minas Gerais, abastecia a região mineradora de alimentos e insumos.

Prado Junior (2007, p. 57) caracteriza o papel do que veio a ser o Norte de Minas neste processo:

as regiões mineradoras não eram em conjunto, favoráveis nem à agricultura nem á pecuária. O relevo acidentado, a natureza ingrata do solo se opunha a tais indústrias. Para o abastecimento da população que nelas se adensou, o que se fez com grande rapidez, teve de se recorrer, a princípio, a territórios não muito próximos. A carne, alimento essencial na colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do Rio São Francisco (capitania pertencente à Bahia), hoje Norte de Minas Gerais. Povoou-se assim uma área contígua ao norte dos centros mineradores.

Coelho (2005) informa que os currais do São Francisco antecederam a atividade mineradora. Desde o século XVI já se iniciara um processo vagaroso de ocupação da região. Quando os bandeirantes paulistas, no século XVII, descobriram jazidas de ouro no rio das Velhas, “já os nortistas haviam levado as suas boiadas e currais até a zona do ouro” (WILSON LINS, 1952 citado por COELHO, 2005, p. 29).

Nesse sentido, o autor considera que o desenvolvimento da pecuária no vale do São Francisco teve forte colaboração para o sustento da mineração, ela forneceu a base para o abastecimento alimentar que sustentou a corrida para a mineração desde lugares mais distantes do litoral. Além disso, esses animais eram imprescindíveis nas minas como força motriz em atividades da agricultura e indústria, sendo, por muito tempo, o único meio de transporte para pessoas e cargas (COELHO, 2005).

A população que habitou a bacia do rio São Francisco criou um modo de vida com características singulares, que se expressa nas relações com a natureza e na cultura. Até o século XVI, a região que veio a ser a região do alto-médio São Francisco, no século XIX, era habitada essencialmente por índios. Coelho (2005) analisa que, devido à fertilidade das ilhas dessa bacia, estabeleceram-se ali várias tribos do tronco Jê, que cultivavam principalmente mandioca, milho e feijão.

Com a chegada dos colonizadores, em fins do século XVI e no século XVII, os índios foram expulsos de suas terras, escravizados ou mortos. Porém, para a conquista dessa região, era necessária a utilização dos conhecimentos sobre o ambiente que as tribos possuíam (HOLANDA, 2004; RIBEIRO, 2005). No mesmo século, o vale médio do rio São Francisco era habitado também pelos criadores de gado que, segundo Coelho (2005), antecederam os bandeirantes.

Com isso, se formou uma sociedade singular em todo o vale do São Francisco. No que veio a ser o alto-médio São Francisco surgiu uma população com tais características, que se expressou em seu modo de vida, sua cultura, seu manejo dos recursos naturais.

2.1.2 Conhecimento tradicional e agricultura familiar

A população de agricultores familiares estudada possui características muito semelhantes às das populações tradicionais. Optou-se, neste texto, por considerá-la como agricultores familiares devido à própria consideração local. Algumas das características das populações tradicionais percebidas nos agricultores familiares estudados nesta pesquisa são:

a) dependência com a natureza, seus ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração das estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação deste território por várias gerações; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica e comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, seu impacto é limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam o processo de trabalho até o produto final (DIEGUES, 2001, p. 88).

Já o conceito de agricultura familiar recebe a colaboração de Lamarche (1998), que considera que, para a caracterização da agricultura familiar, são essenciais a relação entre os membros da família, a relação da família com a terra e o gerenciamento da unidade de produção pela própria família que a explora.

As populações tradicionais rurais do norte de Minas recebem também algumas denominações específicas, de acordo com suas relações com os diversos agroambientes. Costa (2006) caracteriza como “vazanteiros” aqueles que vivem nas vazantes do rio. Há aí uma diferença significativa entre vazanteiro e barranqueiro que deve ser esclarecida. Os primeiros, segundo o autor, vivem nas vazantes de rios da região, enquanto os barranqueiros vivem nas vazantes do rio São Francisco. Os “catingueiros” ocupam a mata seca ou catinga, enquanto os geraizeiros se concentram em planaltos, encostas e vales do bioma Cerrado.

Galizoni (2005) também encontrou denominações específicas relacionadas ao manejo dos ambientes de populações tradicionais da região de Januária:

vazanteiros são lavradores que plantam na estação seca, nas margens do rio; geralistas são agricultores que dividem sua lida extraíndo recursos da natureza, plantando pouco mantimento na época das chuvas e muito na seca nos brejos das veredas; e lavradores da mata são agricultores que dependem essencialmente do período das chuvas para seus cultivos (GALIZONI, 2005, p. 127).

Essas denominações estão profundamente relacionadas com o tipo de ambiente e manejo que é feito. As vazantes propiciam uma agricultura bem específica e localizada no decorrer de um ano. Na vazante do rio é possível encontrar um solo extremamente fértil, devido à deposição de matéria orgânica, em decorrência das cheias. Quando o rio começa a refluir, deixa considerável quantidade de matéria orgânica que será utilizada pela população para os cultivos, principalmente de milho, abóbora e feijão (DAYRELL, 1998).

Diferentemente, para as áreas de “gerais” foi desenvolvido outro tipo de manejo. São áreas muito ricas em espécies vegetais, principalmente os frutos do Cerrado, lenha, pasto e uma diversidade de plantas medicinais. Aí então se

encontra um tipo de manejo mais relacionado à coleta extrativista e “solta” de gado. São, em geral, áreas utilizadas em comum pelos agricultores. As áreas ocupadas por geralistas também compreendem faixas de terras propícias à cultura de gêneros alimentícios, como mandioca, milho, feijão, que é feito nos brejos e veredas. Esse manejo diferenciado em cada tipo de ambiente requer um conhecimento profundo (DAYRELL, 1998; GALIZONI, 2005), acumulado por gerações, aliado ao saber local dessas populações que, segundo Geertz (1989), é o saber-fazer e estar na prática que é reconhecido pelos seus iguais: reconhecido e praticado.

Assim, o conhecimento do ambiente e o manejo construído em séculos de experimentação permitiram que essas populações permanecessem na região. A adaptação das técnicas ao meio, o conhecimento da exigência de manejo daquele determinado ambiente e as práticas garantem a manutenção do meio natural e a sobrevivência dos agricultores familiares em determinada região (BRANDÃO, 1981).

2.1.3 Januária e Cônego Marinho: ocupação humana e ambiente

Januária é um município localizado na margem esquerda do rio São Francisco, na região média do rio, que vai de Pirapora a Santana do Sobradinho, compreendendo um trecho de 1.328 km. O município é banhado ainda pelos rios Pardo, Pandeiros e Carinhanha, fazendo limite com os municípios de Formoso, Chapada Gaúcha, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Bonito de Minas e Cônego Marinho (PEREIRA, 2004).

Um das comunidades pesquisadas, Cabeceira dos Cochos, pertence ao município de Cônego Marinho, que foi desmembrado de Januária no ano de 1995, tornando-se autônomo. Atualmente, conta com cerca de 4.543 habitantes

(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2010).

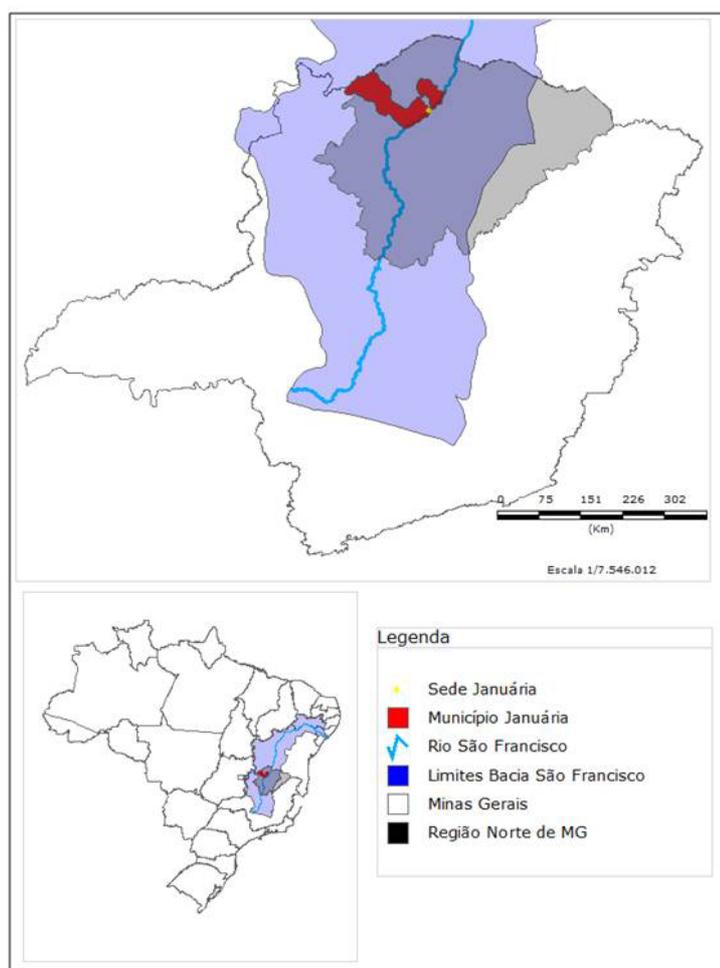


Figura 2 Bacia do rio São Francisco, destacando o norte de Minas Gerais e o município de Januária

Fonte: ANA (2010)

O município tem um histórico de ocupação humana que se iniciou no século XVIII, quando a margem esquerda do rio fazia parte da capitania de Pernambuco e era ligada ao ciclo do ouro e da mineração (PEREIRA, 2004).

Várias foram as expedições que adentraram a região que veio a ser o norte de Minas. Na conquista de Januária, consideram-se duas expedições: a de Espinosa, em 1554, que atingiu a barra do córrego Mangai (região de Januária) e a efetiva conquista pelas tropas de Matias Cardoso, em 1690, além da vitória sobre a tribo dos caiapós, alcançada pela expedição de Manuel Pires Maciel (PEREIRA, 2004).

Pereira (2004), estudando a ocupação de Januária, concluiu que a expedição de Matias Cardoso que ocupou a região teve várias dificuldades na guerra com os índios. Na região havia considerável concentração de caiapós, expulsos do litoral pelos portugueses que adentraram o interior do país. Na região de Januária, venceram os colonizadores (expedição de Manuel Pires Maciel, no século XVIII), que dizimaram grande parte desta etnia, escravizaram outra parte e os que sobreviveram fugiram para regiões mais interioranas ainda.

Januária começou a se formar sob a influência da pecuária e da localização às margens do rio São Francisco, que propiciou o comércio com a Bahia e outras regiões do Norte de Minas (PEREIRA, 2004).

No caso da pecuária, a criação dos currais, originários dos bandeirantes paulistas, se expandiu do rio das Velhas na direção do Carinhanha, no século XVII (RIBEIRO, 2005). Já no século XVIII, o Brejo do Salgado⁵ era considerado o maior empório comercial entre o alto e o médio São Francisco, de onde saíam boiadas para o rio das Velhas (PEREIRA, 2004). Percebe-se, portanto, que a localização geográfica de Januária possibilitava o comércio com a Bahia e Minas Gerais (PEREIRA, 2004; PIERSON, 1972).

Esta situação, porém, começou a se modificar já em meados do século XVIII. Pereira (2004) considera que a região perdeu a hegemonia na rota do

⁵ Atualmente, Januária, no norte do estado de Minas Gerais. Para mais detalhes sobre a denominação, consultar Barbosa (1995), em Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais.

comércio por volta de 1763, com a abertura do caminho novo entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, deslocando de Salvador para o Rio de Janeiro o transporte de mercadorias e escravos.

Iniciou-se, a partir deste momento, um comércio regional e local com a utilização de recursos de origem vegetal, como madeiras de lei, buriti e frutos silvestres. No caso de Januária, cachaça, rapadura e óleo de pequi passaram a ter significativa contribuição comercial nesses mercados.

Os recursos naturais da região de Januária foram a base da sua economia. A população utiliza esses recursos que são percebidos de forma muito particular. Galizoni (2005), baseando-se no conhecimento local, indicou a classificação do ambiente feita pelas populações rurais.

As vazantes são áreas localizadas na beira do rio São Francisco, fertilizadas pelas águas que as drenam em algumas épocas do ano. As árvores típicas de vazante são pau-jaú, mangue, alagadiço e jomerim. As lavouras são plantadas na estação seca, aproveitando a umidade do solo e os principais cultivos são: abóbora, melancia, mandioca, milho e feijão (GALIZONI, 2005).

Já as áreas de mata “são formadas por terras firmes, acima das vazantes do rio, onde as inundações não chegam” (GALIZONI, 2005, p. 134). São áreas com grande fertilidade natural, sendo propícias para o feitiço de lavoura. As principais árvores que indicam áreas de mata são: “pau d’óleo, aroeira, emburana, o pau preto (também conhecido por braúna), pau de rato, o pau d’arco (também conhecido por ipê), aroeira, jacarandá, pereira e tamboril” (GALIZONI, 2005, p. 134). Os principais gêneros cultivados são: mandioca, milho, feijão de corda, cana-de-açúcar e abóbora.

Já as áreas de gerais, segundo a autora,

são terras arenosas com vegetação baixa e retorcida localizadas em chapadões (planaltos). São terrenos considerados fracos para o plantio de lavoura e identificados

principalmente por vegetação baixa composta por arbustos como cajuí, murici, cajuzinho e grão de galo, entrecortados por árvores como o pequi, cabeça de negro (araticum), pau d'olinho, folha larga, sucupira, mangaba e jatobá (GALIZONI, 2005, p. 139).

Em áreas de gerais, ainda são encontradas especificidades de ambientes, que podem ser divididos em veredas, pantames, carrascos, campinas, capões e chapadas. As veredas são mananciais de água corrente, nos quais há a presença garantida da palmeira buriti e árvores como a pindaíba. Já os pantames “são as áreas de brejarias em torno das veredas onde as famílias fazem plantio” (GALIZONI, 2005, p. 139).

Há, ainda, a divisão de gerais em dois tipos, segundo descreve Galizoni (2005): os gerais com água, onde ficam os embrejados de veredas e são cultivados feijão e cana, por exemplo e o gerais sem água, onde é possível extrair os frutos do mato e há grande concentração de remédios naturais, lenha, sendo o lugar onde o gado fica na solta. São áreas, geralmente, utilizadas em comum pelos agricultores.

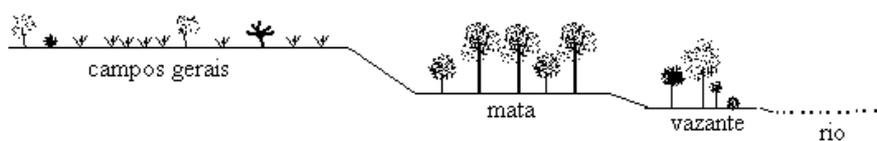


Figura 3 Paisagem da região de Januária, de acordo com a classificação dos agricultores. Fonte: Galizoni (2005).

2.2 O rio dos Cochos

2.2.1 Histórico de ocupação humana e localização das comunidades pesquisadas

As seis comunidades rurais que ficam no rio dos Cochos (Cabeceira dos Cochos, Sambaíba, Sumidouro, Mamede, São Bento e Roda d'Água) que foram estudadas são marcadas pela presença da agricultura familiar, assentadas em pequenas unidades produtivas adquiridas, geralmente, por herança. Há algumas poucas fazendas. De acordo com as informações fornecidas na “Aula dos agricultores”, a ocupação da terra por essas famílias data de 200 anos, aproximadamente e cada comunidade tem um histórico de ocupação diferente uma da outra ou, pelo menos, com algumas particularidades. Há referência dos agricultores a uma ancestralidade indígena na ocupação humana da região, conforme explicou senhor Geraldo Matos, da comunidade de Roda d'Água: “ninguém chegou a conhecer os índios, só a estrutura que deixaram” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009) ⁶. A comunidade de Sambaíba, por exemplo, segundo relato dos agricultores, foi ocupada, inicialmente, por apenas uma família, os Rodrigues. Já a comunidade de Mamede foi inicialmente habitada pelas famílias Magalhães e Rodrigues. Segundo os agricultores, a comunidade em que existe mais relação de parentesco entre os moradores é a Roda d'Água. São aproximadamente 50 famílias, a maioria com relação de parentesco entre si. A comunidade de São Bento se formou a partir de três famílias: Matos, Viana e agricultores que emigraram da Bahia.

Na comunidade de Cabeceira dos Cochos também existe relação de parentesco próximo entre seus moradores, conforme depoimentos dos agricultores e também como descrito por Galizoni (2005), que identificou nela,

⁶ MATOS, Geraldo. Comunidade de Roda d'Água. Januária/MG. 2009.

no ano de sua pesquisa, a existência de vinte famílias, das quais apenas três não pertenciam ao mesmo tronco de parentesco.

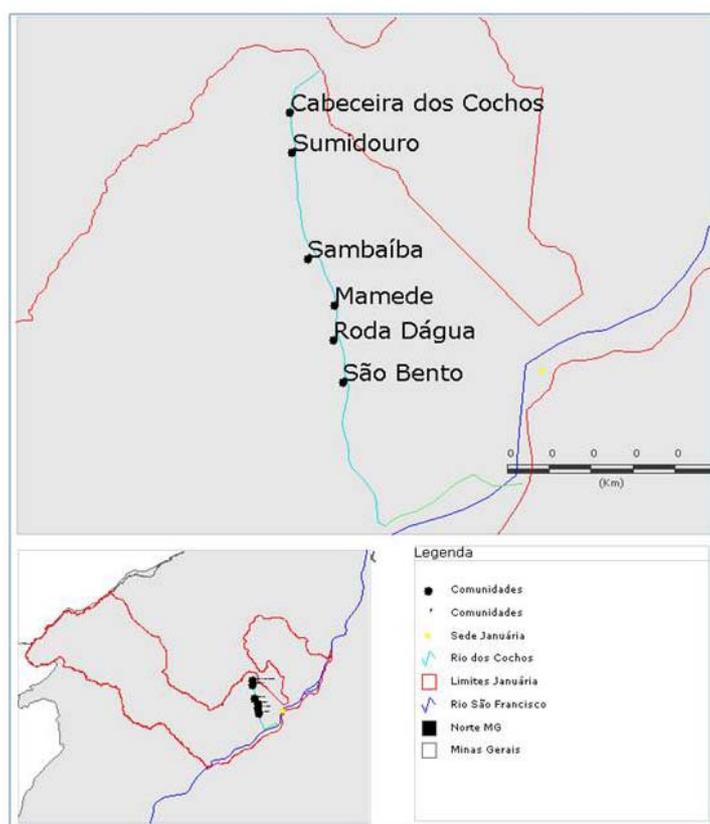


Figura 4 Mapa das comunidades rurais pesquisadas
Fonte: A NA (2010)

2.2.2 O conhecimento dos agricultores: compreendendo a paisagem

A paisagem do rio dos Cochos é discriminada em cinco tipos de ambiente distintos, segundo os agricultores, que são diferenciados, basicamente, pela existência ou ausência de determinadas plantas, pela topografia e pela fertilidade, cor e textura do solo.

Os ambientes identificados e manejados pelos agricultores são: i. gerais, em que domina a vegetação de Cerrado; ii. mata, em que existe a terra fértil denominada de cultura; iii. capão, que é a formação de mata em meio a uma área de gerais; iv. vereda, os cursos de água ornados por buritis; v. terra de tabuleiro ou terra de transição, onde aparecem sinais de mata, capão e cerrado, no solo e na vegetação.

Cada um desses ambientes é utilizado para uma atividade produtiva específica; são depósitos de plantas específicas, exigem um cuidado específico e merecem uma atenção diferenciada. No dizer da agricultora D.Júlia Almeida, da comunidade de São Bento: “cada tipo de terra é uma criança diferente que tem que ser cuidada para dar frutos fortes” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁷. Os gerais, tipo de cerrado daquela região, são as áreas localizadas nos planaltos (chapadões), de baixa fertilidade para o cultivo agrícola, mas muito ricas em lenha, madeira, pastagem, plantas medicinais e frutos. São utilizadas pelos agricultores para coleta extrativista e pastagens e muito importantes também por serem áreas de recarga de nascentes.

Já as áreas de mata, ou terra de cultura, são aquelas nas quais a fertilidade da terra para o cultivo agrícola é grande. A terra é mais escura que nos gerais, quase nunca pedregosa, terra firme-argilosa.

As casas dos agricultores são, geralmente, construídas em áreas próximas às terras de cultura, pela proximidade com a lavoura e a água. Ficam próximos às casas também os quintais domésticos, onde são encontrados os pomares e as hortaliças no tempo das secas, importante também como complementação na pauta alimentar das famílias do rio dos Cochos.

As terras denominadas de capão são faixas de terras férteis em meio a áreas de gerais. De acordo com Jacy Borges, agricultor da comunidade de São Bento, “o capão é um pedaço de mata em áreas de gerais. Capão é a terra de

⁷ ALMEIDA, Júlia. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

mata. É uma parte dos gerais que é usada para plantar milho, é uma terra boa” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁸. Os indicativos de área de capão são o solo e a presença de árvores como a aroeira e a imburana. Como mostra Jacy Borges, “o capão tem árvores de porte menor, como o angico por exemplo. O capão não tem água, é só de árvores. É uma área de mata, mas são pequenas manchas de mata dentro dos gerais” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁹. Existem, ainda, as áreas de transição, ou tabuleiro, como são conhecidas na região. Essas terras se encontram na transição entre a mata e os gerais, ao contrário do capão, que são manchas de terras férteis (mata) em áreas de gerais.

As áreas de vereda são, de acordo com Jacy Borges,

onde se encontram as terras mais fracas. Localizadas próximas ao rio, formam um espécie de brejo. A vereda é única, é específica, pela presença de plantas e pela característica do solo. Nas veredas é difícil de plantar. Aproveitam os baixios, que são mais fortes onde antes os agricultores plantavam arroz, feijão e cana (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)¹⁰.

Para a composição total das atividades cultivo de gêneros agrícolas, pastoreio de animais e coleta agroextrativista, há uma situação extremamente específica: é preciso combinar a terra, a época do ano, a relação com a água e a lua correta para o feitiço de determinada atividade, além da relação entre os próprios agricultores, como realização de mutirões, trabalho familiar, uso comum de determinada área de terra, enfim, todo um conjunto de relações que extrapolam o cartesianismo da produção agrícola em larga escala.

⁸ BORGES, Jacy. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

⁹ _____. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

¹⁰ _____. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

Como a paisagem muda nas comunidades rurais do rio dos Cochos, muda também o manejo com a terra. As atividades são realizadas de acordo com o que a *ciência daquela terra* indica ao agricultor.

Os agricultores, como parte de suas estratégias de reprodução social, praticam diversas atividades, como lavoura, criação de gado e, em maior ou menor escala, a coleta extrativista. As atividades são feitas em intensidades diferentes e isso tem uma justificativa muito lógica para os agricultores: “a gente faz o que a terra possibilita” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)¹¹, expressão que mostra a importância do conhecimento tradicional para a lida com o ambiente.

É interessante observar, ao fazer o trajeto ao longo do rio dos Cochos, passando pelas seis comunidades, quão realmente é diversa a paisagem e o que isso significa para os agricultores que, embora próximos, geograficamente, tem suas atividades condicionadas a o que aquele ambiente específico proporciona em determinada época do ano.

As comunidades de Cabeceira dos Cochos e Sumidouro são marcadas pela presença maior de gerais, e as áreas de mata e capão ocupam menores superfícies, quase não se percebe. O ambiente facilita algumas atividades e dificulta outras. A coleta extrativista e a criação de gado na solta são, portanto, utilizadas pelo que a natureza disponibiliza, além do uso de plantas medicinais e lenha. Já a atividade de lavoura é mais difícil de ser praticada pelos agricultores dessas comunidades porque as terras férteis são escassas. Segundo os agricultores, nas comunidades em que há atividade agroextrativista mais intensa ela está relacionada não à quantidade de terra que as famílias possuem, mas à qualidade da terra. Em terras melhores para o plantio, a atividade agroextrativista é feita de maneira menos intensa.

¹¹ BORGES, Jacy. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

Galizoni (2005), ao estudar a comunidade rural de Cabeceira dos Cochos, relatou essa diversidade de atividades em ambientes específicos: plantio de gêneros alimentícios em áreas de brejo, como sendo a única área possível de fazer lavoura; coleta extrativista e solta de gado em área de gerais.

Já as comunidades de São Bento, Roda d'Água e Mamede se caracterizam por uma presença maior de áreas de mata. A lavoura é facilitada pelo ambiente, já que as comunidades dispõem de quantidade maior de terras férteis para o cultivo agrícola e também há a presença da criação de gado. Há, mesmo, na comunidade de Roda d'Água, um laticínio que recebe a produção leiteira.

2.2.3 Principais atividades dos agricultores

Os agricultores familiares da região do rio dos Cochos, assim como a maioria dos agricultores familiares, realizam um leque diversificado de atividades que possibilita a reprodução de sua unidade de produção. O trabalho familiar, a gestão da unidade de produção feita pela família e a propriedade dos meios de produção são alguns dos fundamentos do sistema de reprodução social destas populações.

Essa reprodução pode também ser percebida na sua cultura, no seu modo de interação com a natureza e, principalmente, na diversificação de atividades, que são todas realizadas pela família, cada qual com sua função bem definida.

Nos quintais e lavouras das famílias rurais existe uma diversidade de cores, cheiros e variados tamanhos de plantas que, muitas vezes, são desconhecidas para o visitante. Encontra-se grande variedade de tipos de feijões, abóboras, milho e mandioca. Essa é a lavoura básica, mas há ainda os “miúdos”, representados pelas hortaliças e temperos, como alface, cebolinha, couve e coentro, entre tantos outros cultivos.

Os animais, por sua vez, complementam a paisagem diversa. São grandes e pequenos, como o gado e as galinhas, os mais comumente vistos, além da criação de suínos. Os frutos do extrativismo terminam por completar as atividades dos agricultores; eles servem para consumo humano, alimentação animal, fabrico de artesanato e uso medicinal.

Toda essa produção tem destino certo para garantir a reprodução social das famílias de agricultores. É o autoconsumo, que garante a segurança e a soberania alimentar. É o tempero e o preparo singular de cada alimento que dão vida à comida do lugar e mostram sua importância cultural.

Além do autoconsumo, também há a troca, realizada com frequência. A troca de alimentos, de animais ou outro item tem um aspecto único: representa a valorização do trabalho alheio. A troca, por exemplo, de farinha de mandioca por rapadura é considerada justa para ambas as partes.

Para completar, existe a comercialização da produção da agricultura familiar. Essa produção se destina a diversos canais, como mercados locais, regionais, nacionais e institucionais. Eles nem sempre são simples de se entender, devido à sua própria complexidade.

A produção agrícola no rio dos Cochos é bastante diversa. Milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar são as “lavouras básicas”. Alguns agricultores se dedicam à produção e à comercialização de urucum, hortaliças e coco-bahia. Alguns gêneros frutíferos são muito comuns também, como laranja, goiaba e manga.

O milho é plantado em terras de cultura ou em áreas de brejo. A época adequada para o plantio é, geralmente, o início de outubro, quando começam a cair as primeiras chuvas. A partir daí pode-se começar o preparo do solo para

receber as sementes de milho, geralmente sementes crioulas¹² trocadas entre os agricultores ou guardadas por eles entre as melhores sementes da safra passada (PPJ, 2009).

Em meados de agosto é feita a “limpa do terreno”. Utiliza-se o fogo controlado quando o plantio é de sequeiro. Quando caem as primeiras chuvas é feito, então, o plantio do milho. Em torno de 15 a 20 dias após o plantio, é realizada a limpa do terreno com enxada, a fim de retirar o mato que cresce junto e “sufoca” a produção.

Os agricultores do rio dos Cochos plantam milho para, basicamente, duas finalidades: autoconsumo e alimentação animal. O autoconsumo garante a segurança alimentar, por meio, geralmente, da produção processada: mingau, curau e pamonha. Já a alimentação animal permite reduzir custos dos agricultores, servindo como produto de consumo intermediário ou indireto.

A comercialização praticamente não é feita, devido à escala de produção. Os agricultores do rio dos Cochos não conseguem produzir a preços mais baixos que produtores especializados de outras regiões do país de forma competitiva. Mas, essa produção é essencial na complementação das demais atividades, pela relevância relacionada à segurança alimentar e à alimentação animal.

O cultivo da mandioca faz parte também da composição da lavoura básica. O início da plantação, assim como no caso do milho, é no começo das águas. Alguns agricultores preferem iniciar o plantio em começo de dezembro, quando a terra já está bem molhada; outros, porém, afirmam que o ideal é iniciar seu cultivo bem no início das chuvas, em outubro, a fim de aproveitar que a terra

¹² Sementes crioulas são aquelas que melhor se adaptam às regiões onde ocorrem, sendo aperfeiçoadas por meio da seleção natural. Historicamente, populações tradicionais têm conservado, selecionado e melhorado essas sementes, por meio do uso e troca (ZIEMBOWICZ et al., 2007).

ainda está “quente” e isso é, segundo eles, bom para o cultivo. As principais variedades cultivadas pelos agricultores são brasilinha, mulatinha e manteiga.

As ramas para o plantio não são compradas, sendo utilizadas as melhores cepas da safra anterior. Isso para eles tem um duplo sentido: avaliam as ramas que possuem pelos seus critérios de qualidade e não têm qualquer dispêndio com a compra da rama de maniã.

O processamento da mandioca permite a obtenção de vários produtos, como a puba, a farinha, o beiju e a tapioca, consumidos pelas famílias e também comercializados no mercado local. A produção dos agricultores do rio dos Cochos de farinha, beiju e tapioca, é encontrada na feira de Januária. Já a puba é matéria-prima vendida a algumas padarias da cidade, para a fabricação de bolos (PPJ, 2009).

O feijão é parte essencial na lavoura das famílias e o plantio é feito em março e julho. É preciso lembrar que o plantio de feijão-de-arranque (*Phaseollus vulgaris*) e o feijão-catador (*Cajanus cajan*) são diferentes. Para o feijão-de-arranque, cultiva-se a variedade carioquinha, que requer um terreno mais “enxuto”, segundo os agricultores. O plantio é feito em áreas de vargem, que se localizam próximas aos brejos, apresentando umidade maior que outras áreas. Segundo Jacy Borges, “é uma terra fresca durante o ano todo, mas não chega a encharcar como o brejo” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)¹³.

Já o feijão-catador é plantado somente nos terrenos *mais altos*, sendo um tipo de “feijão das águas”, pois é semeado somente no período da chuva; planta-se em novembro e é colhido em janeiro. Esse cultivo é de grande importância para as famílias, tanto no que se refere à segurança alimentar quanto à comercialização. O feijão-de-arranque é utilizado para consumo humano e comercialização. Já o feijão-catador, segundo dos agricultores, é utilizado para alimentação das famílias quando está novo e, depois de velho e endurecido, é

¹³ BORGES, Jacy. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009

utilizado para alimentar animais, especialmente galinhas. A comercialização é feita no mercado local, na feira livre de Januária (PPJ, 2009).

A cana-de-açúcar completa a lavoura básica. Ela é plantada em terra de cultura e em áreas de brejo. Nas terras de cultura só é possível plantar nas épocas das chuvas, iniciando o plantio em outubro, podendo a colheita ser feita em, aproximadamente, dezoito meses após o plantio. Já o plantio em área de brejo é possível realizar durante todo o ano, quando a família dispõe de brejo e não enfrenta restrições por parte das agências ambientais, o que, nos últimos anos, tem sido bastante raro.

As variedades plantadas são a ceó e a açucarina. A primeira é utilizada por ser uma variedade mais resistente e doce e a segunda tem boa adaptação em terras consideradas *fracas* pelos agricultores. A qualidade da cana está ligada também ao tipo de solo em que é plantada.

De acordo com senhor Vicente Souza, da comunidade de Roda d'Água,

“a cana mais doce é típica de terra mais seca, cana menos doce a terra é mais molhada. A cana deve ser cortada todo ano para ficar doce e boa para a fabricação de cachaça. Cana seca não tem garapa nem álcool. Cana que oferece boa quantidade de álcool precisa estar sadia” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)¹⁴.

Essa produção se destina, basicamente, à fabricação de rapadura e cachaça, que são comercializadas nas próprias comunidades do rio dos Cochos e também são trocadas por outros produtos; a rapadura é, sobretudo, para consumo doméstico. A lavoura serve para alimentação humana e animal. Em outros cultivos, porém, como o coco-da-baía e o urucum, a produção se destina prioritariamente à comercialização.

¹⁴ SOUZA, Vicente. Comunidade de Roda d'Água. Januária/MG. 2009.

A horticultura no rio dos Cochos pode ser dividida em dois perfis bem distintos: horta doméstica e horta comercial. A primeira se destina essencialmente ao consumo familiar, sendo feita nos quintais domésticos, no tempo da *seca*. Os principais gêneros cultivados são couve, cheiro-verde, pimentão, cebola, alho, pepino, tomate, alface, almeirão, maxixe e quiabo.

Já a horticultura comercial se destina ao mercado local – feira livre de Januária. Esse tipo de atividade foi identificada como sendo realizada por apenas um dos agricultores entrevistados, que cultiva tomate, pimentão, mandioca para mesa, milho verde, batata doce, maxixe, abóbora, pepino, alface, couve, cheiro verde.

O cultivo desses gêneros é feito em uma área de 2 hectares. Trabalham com o agricultor cinco pessoas durante todo o ano. O dia que antecede à feira, às sextas-feiras, contrata mais dois ajudantes para colher a produção¹⁵.

A produção de coco-da-baía e urucum é voltada, primordialmente, para a comercialização. O primeiro se destina ao mercado local, sendo comercializado *in natura* na feira de Januária e na cidade. O urucum é comercializado no mercado local e regional, na feira livre de Januária e em supermercados da região.

O coco é plantado durante todo o ano e a colheita também pode ser feita durante o ano. Em anos de pouca chuva, a produção é menor, segundo os agricultores. Já o urucum pode ser plantado durante o ano todo, mas sua colheita fica restrita à época das chuvas, quando saem as flores. O plantio é feito, na

¹⁵ É interessante observar que são criadas 5,4 ocupações para 2 hectares, ou seja, 1 ocupação para cada 0,37 hectares. Em termos comparativos a agricultura familiar cria em média 1 ocupação para cada 10 hectares, pecuária de leite 1 ocupação para cada 30 hectares; soja mecanizada 1 ocupação para cada 80 hectares; reflorestamento de eucalipto 1 ocupação para cada 100 hectares; pecuária de corte extensiva 1 ocupação para cada 200 hectares de atividade. Numa comparação limite, a cada vez que fosse substituída uma área de pecuária extensiva por horta, seriam geradas 540 ocupações produtivas (PPJ, 2009, p. 52).

maioria das vezes, com vistas ao mercado. Alguns agricultores comercializam a produção com um intermediário, que realiza o processamento e a posterior comercialização.

Há, ainda, alguns gêneros agrícolas cultivados nos quintais domésticos, como laranja, manga e goiaba. É uma produção importante para o consumo familiar, e em menor escala à comercialização, que é feita na feira livre de Januária.

A lida com o gado é, sem dúvida, outra atividade bastante intensa no rio dos Cochos, seja para fazer poupança, quando de um momento de precisão, seja para garantir o leite e seus derivados para autoconsumo ou comercialização de carne e/ou bezerras (RIBEIRO; GALIZONI, 2007).

O gado da região dos Cochos é adaptado às condições climáticas e alimentares que lhe são possíveis. Os agricultores costumam soltá-los para o pastejo em áreas de gerais, alternando com áreas de terras de cultura. Há uma relação combinada entre a disposição de alimentação e água em diferentes épocas do ano:

o gado passava o inverno nas culturas e o verão nos campos. A época exata variava de um lugar para outro, de um ano para outro, mas entre julho e setembro era costume queimar metade dos campos antes da primeira chuva - a chuva-dos-brotos - porque um mês depois o pasto rebrotaria; o gado então voltaria aos campos, onde ficaria até a quaresma ou as fogueiras do ano seguinte, dependendo da região. No fim da seca, emagrecido nos pastos já estiolados da cultura, o gado consertava o peso quando era solto nos campos requeimados. Sem o fogo bianual a rebrota seria mais demorada, e o campo cru, coberto por serrapilheira, ficaria sujeito a incêndios vorazes que consumiriam árvores, atrasariam a safra de frutas nativas e liquidariam a pastagem natural (RIBEIRO; GALIZONI, 2008, p. 63).

A atividade com o gado é eminentemente masculina. Desde criança, os homens aprendem a lidar com ele. Às vezes, ganham de presente, dos pais, uma cabeça de gado, para irem se afeiçoando à atividade, que é passada de geração a geração no núcleo masculino das famílias rurais.

O gado serve à população do rio dos Cochos para quatro situações distintas: autoconsumo, troca, geração de poupança e comercialização. O autoconsumo é tanto da carne quanto do leite e seus derivados, principalmente queijo e requeijão. O processamento dos derivados do leite pelos agricultores possibilita reserva de alimentos, que garante a segurança alimentar.

A atividade com o gado tem ainda outra face: a geração de poupança, embora também possa representar algum risco. Acontece que os agricultores têm gado também como fonte de poupança para uma situação de emergência. É relativamente fácil conseguir vender o gado. Se for no tempo das águas, se consegue vender o gado para outros criadores; caso seja no tempo da seca, é possível a comercialização para abate.

Porém, em anos de seca muito intensa, é comum ver famílias perderem algumas de suas cabeças de gado, o que significa prejuízo monetário, ou seja, perder parte de sua poupança. Por isso a atividade apresenta algum risco (PPJ, 2009).

É muito comum ver, nos quintais das famílias dos Cochos, algumas galinhas e pintinhos, que ficam confinados ou criados soltos. É uma atividade que exige relativamente pouco cuidado com o manejo e pouco espaço físico, não demanda consumo excessivo de água e a alimentação é relativamente barata, incluindo milho, verduras, hortaliças e alguns frutos do Cerrado, como pequi, jatobá e cajuí. Ao contrário do gado, é uma atividade atribuída principalmente às mulheres. Como a criação se encontra nos quintais domésticos, é bastante comum as mulheres assumirem o trato com as galinhas, além da limpeza após o abate. A comercialização realizada nas comunidades também é feita pelas

mulheres. Há alguns conflitos entre as famílias vizinhas, devido ao fato de as galinhas irem buscar alimentos fora de seus quintais, encontrando esses alimentos justamente nos canteiros com hortaliças dos vizinhos. Mas, esses conflitos são quase sempre resolvidos amigavelmente, sem maiores constrangimentos para as partes envolvidas.

A maioria das famílias da região do rio dos Cochos cria galinhas para consumo doméstico. A comercialização é feita nas próprias comunidades e, em datas festivas, a demanda aumenta.

Há, porém, uma lida mais especializada, feita por um agricultor da comunidade de Roda d'Água. Aí é exigida uma estrutura produtiva mais aprimorada, como galpão, campânulas, cortinas, bebedouros e comedores, além de as galinhas serem tratadas com dois tipos de ração distintos, ração de crescimento ou ração inicial e ração de engorda. As variedades criadas são máster lize, gauchão, pesadão, carijó, laber rouge, caminhadeiras e malineiras.

Nesse caso, o destino principal da produção é a comercialização via mercado local. A feira livre de Januária é a principal recebedora dessa produção, mas há, ainda, a comercialização diretamente para consumidores. Mas não apenas o gado e as galinhas compõem o conjunto da criação animal dos agricultores dos Cochos. Há também a criação de suínos, atividade voltada principalmente para o autoconsumo, ficando clara a realização de trocas, doações e comercialização nas comunidades, na feira de Januária e em açougues da cidade. A criação de suínos é importante para a complementação alimentar dos agricultores, além de proporcionar renda quando da venda do excedente da produção.

É expressivo o artesanato no rio dos Cochos, feito, na maioria das vezes, pelas mulheres das comunidades. Esteiras de buriti e de resíduos plásticos são as principais peças. Mas há também a fabricação de balaios e cestas feitas a partir também do buriti.

Segundo os agricultores, a técnica de produção das peças utilizando como matéria-prima o buriti é aprendida com os mais velhos das comunidades. Utiliza-se a palha do buriti. As peças são vendidas nas próprias comunidades e no mercado municipal de Januária. Neste último caso, são vendidas a comerciantes que têm lojas no espaço interno do mercado e vendem a produção ao consumidor final.

Já a fabricação de esteiras de resíduos plásticos começou a partir da iniciativa de aproveitamento de sacolas plásticas de supermercados, na tentativa de suavizar a coleta da palha de buriti para o feitiço das esteiras que, segundo os agricultores, estava sendo praticada de forma indiscriminada.

O começo da atividade foi no ano de 2006. Inicialmente, as peças não eram comercializadas. Porém, pessoas das comunidades rurais foram se interessando pela arte e, em 2009, eram comercializadas peças nas comunidades rurais e no mercado municipal de Januária.

2.3 Agroextrativismo

2.3.1 Agroextrativismo no Brasil: algumas considerações

Desde a colonização do Brasil, o extrativismo (coleta de produtos naturais de origem animal, vegetal ou mineral) é importante elemento na esfera mercantil. A extração do pau-brasil, no século XVI, a produção do ouro de aluvião, nos séculos XVII e XVIII e a coleta da borracha, no século XIX, revelam a importância dessa atividade na história econômica do país (DEAN, 1996; RUEDA, 1995).

Extrativismo e agroextrativismo são conceitos de significados diferentes e têm lógicas de uso dos recursos naturais também diversos. Ferreira (1993) considera que o extrativismo é a exploração dos recursos naturais renováveis,

seja com caráter econômico ou não. Homma (1993) avança nesse conceito, analisando que o processo extrativo deve ser considerado como a primeira forma de exploração econômica dos recursos da natureza que tende a se extinguir no decorrer do tempo, já que este recurso pode não se renovar em longo prazo.

Com relação à extinção ou não dos recursos naturais renováveis, Drummond (2002) considera que existem duas diferentes formas de manejo: o predatório, cujas bases são geralmente pautadas pela coleta indiscriminada dos recursos naturais, sem cuidado com a conservação destes bens, e o não-predatório, baseado na coleta a partir da identificação de que aquele bem da natureza, embora seja renovável, se não manejado adequadamente, pode vir a extinguir-se.

Nogueira e Fleischer (2005) abordam o tema do extrativismo praticado pelas populações tradicionais. As autoras consideram que as atividades realizadas por essas populações têm características especiais e, por isso, são designadas como agroextrativismo, termo que “visa expressar as especificidades desse sistema de produção, que conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais, típicos da agricultura familiar” (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005, p. 129).

A criação deste termo ocorreu na década de 1980, animada pelo movimento social e da luta pela defesa dos direitos das populações extrativistas da floresta amazônica. Foi, então, a partir do que ficou denominado “movimento dos povos da floresta”, que surgiu a tentativa de conciliar atividade econômica extrativista no campo com o uso racional dos recursos naturais, regulada por uma ação coletiva (DIEGUES, 2001).

Iniciou-se, então, um debate sobre a sustentabilidade dos processos extrativistas, confiado às populações tradicionais pelo seu histórico de manejo conservacionista dos recursos naturais. A criação de reservas extrativistas no

Brasil, geridas por populações tradicionais, abriu possibilidades para esta prática.

Segundo Diegues (2001), as populações tradicionais que vivem em áreas de reserva podem, às vezes, conquistar o direito de explorar recursos naturais. A terra não pode ser vendida ou transformada em recursos não-florestais, podendo haver pequenas áreas para a agricultura. Nesse sentido, Diegues (2001, p. 148) considera que “o movimento pelo estabelecimento de reservas extrativistas é sem dúvida um exemplo de defesa, reforço e recriação de modos de vida ameaçados. É uma das alternativas do uso sustentável dos recursos naturais”.

Assim, a partir desses movimentos da década dos 1980, foram feitas as críticas à Revolução Verde, baseada no tripé maquinário, adubo e veneno. A articulação socioeconômica, técnica, fundiária e ambiental, protagonizada pelos agricultores e povos extrativistas, veio ganhando forças na medida em que emergiu a concepção de agricultura sustentável.

2.3.1.1 Populações tradicionais e agroextrativismo no vale do rio São Francisco

Eram diversos os recursos da natureza disponíveis na região do rio São Francisco e variados eram seus usos. Entre eles, Holanda (2004) destaca alimentação (caça, pesca e coleta de frutos silvestres), uso de plantas medicinais, extração de matéria-prima para a fabricação de utensílios domésticos, casas, ferramentas, cercas e armas. As atividades extrativistas eram complementadas pela agricultura.

Pierson (1972) notou que, em algumas regiões do vale do São Francisco, muitas vezes, mel e frutos silvestres, somados à caça e à pesca, eram as únicas fontes de alimentação disponível à população em épocas de maior escassez de chuva, quando ficava impossibilitada a produção da lavoura.

Essa atividade e o conhecimento da população sobre estes recursos tiveram considerável relação com a colonização da região. O extrativismo também teve, no Brasil, desde os seus primórdios, um caráter de subsistência e garantia de segurança alimentar. Além dos cultivos agrícolas básicos, como milho, feijão e mandioca, as expedições bandeirantes do século XVIII muito se utilizavam dos recursos que a natureza propiciava, para complementarem sua alimentação (HOLANDA, 2004). Também, muito se utilizava dos conhecimentos dos indígenas. Para as explorações das entradas e bandeiras, era de suma importância o conhecimento que grupos indígenas tinham sobre seu território, que foi fator preponderante para o estabelecimento de colonos no interior do país. Alimentação, fabricação de armas e de casas, uso de plantas medicinais e conhecimento profundo da natureza e do espaço físico faziam com que os índios dessem a direção aos colonos, o que proporcionou a sobrevivência de várias expedições (PRADO JÚNIOR, 2007).

Os colonos aprendiam a conhecer os frutos do mato com os indígenas, que tinham conhecimentos ancestrais do ambiente. Além disso, da natureza se tirava madeira para fazer barcos, remédios a partir de plantas naturais e flechas (RIBEIRO, 2005).

Os frutos nativos representavam importante forma de complementação alimentar. Em determinadas épocas do ano, chegavam, mesmo, a ser a única fonte de alimento. Saint-Hilaire descreveu esta situação:

Na maioria das vezes os vaqueiros não levavam consigo nenhuma provisão, viviam de leite cru, de coalhada misturada com mel, e de várias espécies de frutos selvagens, que se sucedem quase durante toda a estação de crias de bezerros e potros. Esses frutos são várias espécies de araticum, guabiroba, buriti, cagaiteira, jatobá (SAINT-HILAIRE, 1996, p. 314).

A utilização dos recursos na natureza, como relata Ribeiro (2005), está profundamente relacionada ao conhecimento dos índios sobre quais eram os frutos comestíveis, os usos das plantas medicinais e as técnicas específicas e adaptadas de pesca.

Quadro 1 Principais produtos da natureza utilizados pela população do vale do São Francisco, na década de 1950.

Produtos	Usos
Caça	Alimentação
Pesca	Alimentação
Madeira	Lenha para cozinhar, materiais de construção (caibros, sapés e palha), cipó, troncos para as canoas
Frutos silvestres	Alimentação
Fibras	Linha de pesca, rede de pescar, rede de dormir, como substituto da juta, cesta, vassoura, chapéu, bolsa
Palmeiras (buriti, tucum, carnaúba)	Da casca do buriti são feitos balaios e rolhas; do tronco, bicas para canalização de água; do olho, são feitas cordas e redes de pesca, cobertura para casa e da palha de buriti e da castanha são feitos botões, doces e um dos ingredientes do sabão.
Palmeira-tucum	Cordão, fios, cordas, rede e linha de pesca
Palmeira-babaçu	Produtos de higiene (sabão) e consumo (óleo)

Fonte: Pierson (1972).

2.3.1.2 Agricultura familiar e mercado

As redes de comercialização da agricultura familiar podem ter vários desenhos. Podem ser curtas, a exemplo das feiras livres que proporcionam espaço para a comercialização direta entre produtor e consumidor ou podem ser muito longas, a exemplo do mercado externo, em que o número de intermediários na cadeia é grande. Mas, de qualquer maneira, sejam redes de comercialização muito longas ou muito curtas, são extremamente complexas.

As experiências são singulares devido às especificidades de entrada em mercados. Para compreender como esses canais funcionam, quais são seus principais gargalos e a orientação sobre como devem ser criadas políticas voltadas à comercialização, é preciso compreender, primeiro, o que se entende

por produção e comercialização da agricultura familiar, suas estratégias e articulações em diferentes mercados e como essa temática se insere nas ações de organizações públicas e da sociedade civil organizada (RIBEIRO, 2007).

Por serem iniciativas muito particulares de cada localidade, por vezes se tornam invisíveis diante de ações que possam vir a ocorrer para incentivar essas experiências. Em alguns casos, elas passam despercebidas pelas organizações locais, que acabam “pegando” o pacote de ações de comercialização agrícola, a exemplo dos incentivos à comercialização externa e integração total dos agricultores nos mercados e “enfiando goela abaixo” dos agricultores, sem perceber que a comercialização de commodities agrícolas é uma coisa e a comercialização da agricultura familiar é outra completamente diferente (RIBEIRO; GALIZONI, 2009; WILKINSON, 1985). E, por serem experiências muito particulares de cada localidade, dificilmente serão replicadas exatamente iguais à sua experiência original (RIBEIRO; GALIZONI, 2009).

Em meio às considerações sobre o processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar, há que se considerar a própria agricultura familiar. A compreensão de suas estratégias produtivas e sua forma de inserção no mercado é essencial para compreender a particularidade de como esse tipo de organização produtiva se insere em diferentes mercados.

É necessário compreender as relações que populações tradicionais tendem a criar com mercados a partir da sua ligação com a terra. Essa relação com a produção e a comercialização extrapola as relações mercantis. Daí surge a demanda por canais específicos de relacionamento com o mercado, a demanda por conhecimento das instituições de apoio a esta relação entre os recursos naturais e sua conservação e a produção e a inserção em mercados (RIBEIRO; GALIZONI 2005; RIBEIRO, 2010; SILVESTRE et al., 2005).

Desse modo, é necessário compreender o conceito de trabalho das populações tradicionais:

existe uma sólida concepção de trabalho que orienta essas unidades familiares, que remonta à própria lógica das relações de troca entre sociedade, atividade econômica e natureza. A noção de trabalho estaria associada à idéia de agregação de valor, remontando às formulações dos economistas clássicos que associavam valor a trabalho e viam no trabalho humano a condição primária para estabelecer relações de trocas entre os bens (GALIZONI, 2008 citado por RIBEIRO; GALIZONI, 2009, p. 12).

Esse sentido de trabalho traz a compreensão de que ele é requisito primordial para acesso à terra (RIBEIRO, 1993), “mas também é um componente que estrutura a forma como esses lavradores compreendem suas relações com os bens e os recursos, como avaliarão a pertinência das suas iniciativas nos mercados” (RIBEIRO; GALIZONI, 2009, p. 7).

No estudo da comercialização agroextrativista, esse conceito se torna central para entender por que, em algumas situações, as restrições à comercialização não estão apenas relacionadas com questões estritamente econômicas, de economias de escalas, de gargalos ao escoamento da produção, de infraestrutura que atenda às exigências do mercado, mas, além de tudo isso, existem, ainda, restrições relacionadas a aspectos culturais.

Esse entendimento é de suma importância quando se pensa em ações voltadas ao incentivo à comercialização agroextrativista. Compreender que os “espinhos” no caminho das práticas dessas ações podem nem sempre estar tão visíveis quanto a questão das economias de escala, por exemplo.

Nesta consideração, Ribeiro e Galizoni (2009) avaliam a contribuição do aspecto cultural da comercialização agroextrativista:

no que diz respeito, então, ao agroextrativismo, que é um componente destacado das experiências de comercialização de populações tradicionais, a concepção de trabalho e valor – presentes e associados com frequência à lavoura – têm que

ser subsumidas a uma nova compreensão de cultura. Só quando a cultura é compreendida como um valor, ela pode ser equiparada a trabalho; somente então as experiências de colocar bens culturais nos mercados ganham aos olhos desta população a mesma legitimidade da produção da lavoura, da varanda de engenho e da casa de farinha, por exemplo. É por isso que as experiências de comercialização desses lavradores têm que suplantar dificuldades econômicas postas pela lógica do mercado – economias de escala e barreiras à entrada –, mas também travas culturais, que devem ser reconstruídas para legitimar a reconversão de práticas costumeiras em negócios (RIBEIRO; GALIZONI, 2009, p. 8).

Compreendidas essas nuances, há ainda que se fazer um esforço para entender a relação de comercialização por dessas populações. O fato de o sentido da comercialização não ser estritamente econômico, faz com que a própria arte de comercializar em diferentes espaços em que estão inseridos os produtos da agricultura familiar, desde que comercializados pelos próprios agricultores, seja diferente. Ribeiro (2007), ao estudar feiras livres de cinco municípios do vale do Jequitinhonha, no que tange à forma como os agricultores interagem com os consumidores quando da venda de seus produtos no espaço da feira, considera que feiras

embora sejam também espaços de agricultores, feira não é uma atividade como a lavoura: tem necessidades próprias. Feira exige o juízo, a vivacidade de espírito, o cálculo e o risco. Demanda talentos diferentes como a arte da conversação e a dedicação continuada, e é definitivamente um espaço de socialização (RIBEIRO, 2007, p. 87).

Assim, pode-se perceber o quão complexo é o entendimento das variadas formas de comercialização da agricultura familiar. Mas, ao mesmo tempo, atentar para essas questões é imprescindível para criar ações voltadas à temática. Sejam os canais de comercialização curtos, como as vendas diretas ou

os canais nos quais haja uma intermediação mais longa, quando se trata de comercializar produtos tradicionais, não se pode referir apenas à lógica mercantil. Além disso, nesses canais, variadas também são as formas de integração desses agricultores ao mercado.

Wilkinson (1999) avalia essa questão a partir da lógica de reprodução da agricultura familiar e considera que, mesmo nos mercados em que os agricultores estão mais integrados e de forma mais subordinada, ainda assim, se o mercado sucumbir, os agricultores sobreviverão, já que a comercialização, por mais que seja integrada ao mercado, é mais uma das suas diversificadas atividades produtivas, somada a tantas outras. Isso explica porque os agricultores familiares sofrem menos com as crises de mercado que a agricultura integrada.

Em relação aos mercados voltados para a agricultura familiar, Wilkinson (1999) considera que, para todo um conjunto de produtores agrícolas, o futuro depende não da capacidade de inserção nos mercados por meio dos agentes econômicos dominantes, mas da capacidade de criar novas formas organizacionais para alcançar uma articulação dinâmica com os mercados.

2.3.1.3 Canais de comercialização

Ribeiro e Galizoni (2009) analisaram os canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar e caracterizaram três canais de destino para a produção: o mercado oligopsônico, em que poucas empresas compradoras ditam as regras de mercado e tornam os agricultores vulneráveis às oscilações desse mercado; cadeias suaves ou integrações suaves, aquelas em que as estruturas de comercialização são criadas ou geridas pelos próprios agricultores, compreendendo instituições de apoio ou empresas que buscam comércio justo, procurando mercados regionais/nacionais em detrimento dos mercados locais e as cadeias curtas e diretas, aquelas em que a comercialização é feita diretamente

entre os agricultores e os consumidores, como feiras livres, mercados microlocais e venda direta.

A seguir serão analisadas as principais experiências de comercialização agroextrativista que ocorrem na região de Januária ou áreas próximas, e que se relacionam, de forma direta ou indireta, com as organizações locais.

2.3.1.4 A Cooperativa Grande Sertão

A origem da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão, sediada no município de Montes Claros, está ligada aos movimentos sociais. Carvalho (2007) descreve a formação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), vinculado-a à Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra, sindicatos de trabalhadores rurais e comunidades eclesiais de base (CEBs).

Fundado em 1987, por agricultores familiares, organizações sociais e lideranças rurais, o CAA propõe o desenvolvimento rural sustentável, a partir da organização, politização e conquista dos direitos do campesinato norte mineiro (CARRARA, 2006; CARVALHO, 2007).

Foi a partir, então, do trabalho desenvolvido pelo CAA que, em 1995, surgiu a Cooperativa Grande Sertão, com o objetivo de valorizar a produção familiar, inclusive de frutos do Cerrado, na perspectiva de incentivar o trabalho dos agroextrativistas: uma atividade baseada na agroecologia, na regionalização e inserção social e econômica das famílias dos agricultores (GONÇALVES; ROSA, 2005).

O trabalho da cooperativa é pautado na perspectiva de geração de renda a partir das estratégias de segurança alimentar e reprodução social dos camponeses, com base na autenticidade e na diversidade de seus produtos, além de promover métodos produtivos agroecológicos baseados no conhecimento

tradicional e manejo conservacionista do ambiente que populações tradicionais possuem (CARVALHO, 2007).

Nesse mesmo ano de 1995, a Cooperativa conseguiu recursos financeiros para apoiar a atividade por meio de projeto de fomento. O primeiro deles foi financiado pelo Programa de Pequenos Projetos (PPP) e propunha a implantação de uma unidade de produção de polpas de frutos do cerrado, beneficiando sessenta famílias no Norte de Minas que dispunham de uma alternativa de fonte de renda. A comercialização seria feita via mercados locais. Os primeiros frutos nativos a serem comercializados foram cagaita, mangaba, coquinho-azedo, panã (araticum) e umbu (CARRARA, 2006).

Nos anos subsequentes, de 1996 a 1998, ocorreram diversas atividades relacionadas à cooperativa. Estudos que apontaram o mercado local como o mais viável, investimento em marketing para a valorização dos frutos do Cerrado e apoios por meio de projetos ligados ao Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP), Funbio e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)¹⁶ foram essenciais neste início de trabalho (CARRARA, 2006; CARVALHO, 2007).

De acordo com Carvalho (2007), no ano de sua pesquisa (2007), eram comercializadas dezessete variedades de polpa, além de óleo de pequi, rapadurinha e mel. A cooperativa articula, ainda, a compra e venda de arroz, milho, sorgo e feijão, numa perspectiva de apoiar a troca de sementes crioulas entre os agricultores da região, com o compromisso de preservar as variedades (CARVALHO, 2007).

Eram, em média, 700 famílias, em 350 comunidades distribuídas por 26 municípios do norte de Minas que, de alguma forma, se relacionavam com a cooperativa. Esses agricultores agroextrativistas são responsáveis pela coleta dos

¹⁶ A caracterização dessas instituições encontra-se no anexo deste texto

frutos e, no caso do pequi, pelo início do beneficiamento, que é feito em entrepostos localizados nas próprias comunidades rurais.

Mapa Atuação Grande Sertão

**Território Planaltos
Sanfranciscanos**
Montes Claros
Mirabela
Coração de Jesus
Bocaiúva
Ibiracatu
Varzelândia
São João da Ponte
Januária
São João das Missões



Território Serra Geral
Porteirinha
Riacho dos Machados
Pai Pedro
Serranópolis de Minas
Grão Mogol
Botumirim
Mato Verde
Monte Azul
Catuti
Gameleiras

Território Alto Rio Pardo
Rio Pardo de Minas
Montezuma
Taiobeiras
São João do Paraíso
Fruta de Leite
Vargem Grande

Figura 5 Mapa de atuação da cooperativa Grande Sertão
Fonte: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (2009)

A cooperativa transporta os frutos das comunidades até a Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (AEFA) do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, onde são processados. O recebimento das polpas não é simples, pois são muitas as comunidades em que a cooperativa atua, necessitando, assim, de um planejamento para que haja o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis (CARVALHO, 2007). Este autor explica que o transporte dos frutos das comunidades rurais até a cooperativa é feito por uma

pessoa, conhecida como “mobilizador”, que tem algum vínculo com as comunidades. Estes mobilizadores ficam responsáveis pelo planejamento do transporte.

A comercialização é feita via mercado local, regional e institucional. Nos primeiros dois anos de existência da Cooperativa, buscou-se o acesso aos mercados varejistas (lanchonetes e padarias), além de contratos diretos com a Prefeitura Municipal de Montes Claros, para o fornecimento de polpa para creches e hospitais. Esses mercados se mostraram viáveis, porém, a capacidade de absorção da produção era reduzida.

No ano de 2004, foi fechado o primeiro contrato com a Conab via PAA. Com a comercialização da polpa por meio desse mercado, já no primeiro ano, houve um aumento de 300% no volume de venda. Como esse mercado tem uma capacidade maior de absorção da produção agroextrativista da cooperativa, Carvalho (2007) relata que, até o ano de sua pesquisa (2007), cerca de 85% das polpas processadas eram comercializadas via PAA.

Ainda de acordo com Carvalho (2007), até a data de sua pesquisa, a Conab, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), era a principal compradora dos produtos da cooperativa. Esse programa foi instituído, no ano de 2003, como parte das ações do Programa Fome Zero, tendo como objetivos:

garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; contribuir para formação de estoques estratégicos; permitir aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2010, p. 3).

É um programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Fazenda, além do Ministério da Educação, que é responsável pela implementação do Programa cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em resoluções. A articulação desses ministérios é denominada de Grupo Gestor e tem a finalidade de definir as medidas necessárias à operacionalização do programa e, ainda, definir a sistemática de aquisição dos produtos, os preços praticados e a sua destinação.

Já os executores do programa são os estados, os municípios e a Conab. Os gestores locais são as organizações compostas por agricultores familiares (cooperativas, associações, sindicatos dos trabalhadores rurais) e entidades da rede socioassistencial.

É importante mencionar o caráter de valorização cultural que esse programa propõe. Como ele permite que as prefeituras comprem produtos dos agricultores familiares para serem repassados para creches, escolas e hospitais, há, na verdade, uma comercialização local, de produtos regionais. Essa norma cria duas vantagens a serem consideradas. Primeiramente, relaciona o custo com a logística de transporte. Os produtos de determinado local vêm de agricultores das comunidades rurais próximas ao município para o qual vendem. O outro aspecto está relacionado com a valorização local, cultural, de segurança e soberania alimentar. As polpas de frutas, por exemplo, comercializadas pela Cooperativa Grande Sertão, colaboram com a preservação cultural e territorial dos frutos do Cerrado, pois faz com que os alunos das escolas conheçam e apreciem o gosto dessas frutas.

Produtos do extrativismo, passando por rigoroso processo de qualificação, como acontece neste caso, são mais saudáveis que os produtos industrializados; são produtos sem agrotóxico, de valor nutricional maior. A troca de refrigerantes por sucos naturais regionais também é prova da segurança e soberania alimentar.

Essas ações só são possíveis, de acordo com Carvalho (2007), devido à articulação e ao apoio recebido de instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada. No Quadro 2 são apresentados alguns exemplos desses apoios recebidos pela Cooperativa.

Quadro 2 Alguns dos apoios recebidos pela Cooperativa Grande Sertão

Instituição apoiadora	Apoios recebidos
Gestão Ambiental Rural (GESTAR) (MMA)	Já em sua segunda etapa, este projeto governamental busca, com a aplicação de 200 mil reais, o desenvolvimento de ações articuladas na área de abrangência do território norte-mineiro, como: apoiar a criação e implantação de reservas extrativistas; construir e definir critérios para uso/manejo e conservação dessas áreas; investir em recuperação de áreas degradadas; implantar sistemas agroflorestais; instalar unidades de processamento dos produtos do Cerrado para comercialização. Algumas destas propostas são específicas para as comunidades de Água Boa, Riacho de Areia e Vereda Funda (Rio Pardo de Minas).
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	O Projeto AGRO-MDS – Estratégia de Reconstrução Agroalimentar de Comunidades Tradicionais no Semiárido Mineiro, executado nos anos de 2005 e 2006, visa, entre outras ações, implantar sistemas agroecológicos na comunidade de Vereda Funda (Rio Pardo de Minas) e adquirir matéria-prima de pequi nas comunidades <u>geraizeiras dos altiplanos sanfranciscanos</u> .
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, visa, especialmente, incorporar a abordagem de gênero nos trabalhos em execução no Norte de Minas pelo CAA.
Incra -MDA	O Projeto Assessoria técnica, sociocultural e ambiental em áreas de assentamento no Norte de Minas Gerais, ATEs, visa o acompanhamento técnico e social a 109 famílias assentadas pelo Incra nos Projetos de Assentamentos Americana, (Grão Mogol) e São Miguel do Guará (Vargem Grande), entre 2005 e 2007, mediante o investimento de R\$ 122.625,00.
Articulação Mineira de Agroecologia e MDA (ATER/AMA)	O foco principal desse projeto é fornecer assessoria sociotécnica à Cooperativa Grande Sertão, baseada nos princípios da agroecologia, da organização social e da valorização da cultura sertaneja.

“Continua...”

Quadro 2 “Cont.”

Instituição apoiadora	Apoios recebidos
Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf – Território)	Este recurso viabilizou a construção da nova unidade de produção de polpas de frutas da CGS no município de Porteirinha
PAA/CONAB	O Programa de Aquisição de Alimentos possibilitou à CGS um importante salto na comercialização de sua produção.
Fundação Banco do Brasil (FBB)	Executado pela própria CGS, a partir do ano de 2006, o projeto visa à melhoria do processo de beneficiamento da produção agroextrativista com a instalação de um túnel de congelamento na fábrica e do desenvolvimento da linha de sucos concentrados da Cooperativa. Para tanto, estão sendo investidos cerca de R\$125 mil, tendo sido adquirido também um veículo Strada e um computador.
NCA/UFMG e Unimontes	As parcerias do CAA com as universidades locais visam, principalmente, aprimorar o monitoramento ambiental nas comunidades que integram a cadeia produtiva da CGS e levantar informações sobre as frutas e seu beneficiamento, bem como promover a educação de jovens e adultos do campo, em consonância com a proposta agroecológica (CAA, 2002a; ICA/UFMG, 2005)b.
CNPq	O CNPq liberou recursos para o projeto Conservação de recursos genéticos de espéciesmfrutíferas nativas do norte mineiro: coleta, ecogeografia e etnobotânica, desenvolvido pelo CAA em parceria com o NCA/UFMG e a Unimontes (CAA, 2002a).
Incubadora de Empresas de Montes Claros (Sebrae/Inemont)	O CAA estabeleceu uma articulação com essas entidades a fim de acessar consultorias e cursos relacionados a registro, administração e marketing do empreendimento Grande Sertão (CAA, 1998).
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)	Como parte do Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (Picus), foi formado um consórcio composto pelo CAA, CGS e pelo NCA/UFMG, para execução do projeto "Populações tradicionais do Norte de Minas: transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento regional". O FUNBIO viabilizou também a elaboração do Plano de Negócios da CGS.

“Continua...”

Quadro 2 “Cont.”

Instituição apoiadora	Apoios recebidos
ActionAid	O Projeto Populações Tradicionais do Norte de Minas: estratégias locais de reposicionamento busca realizar diagnósticos, estudos etnográficos e oficinas, de modo a dar visibilidade às populações tradicionais do norte de Minas, a partir de 2006.
HEKS	De 2005 a 2008, o valor estimado oferecido pela HEKS foi de quase R\$400 mil, que se prestaram ao fortalecimento das populações tradicionais quilombolas e geraizeiras do Norte de Minas, com vistas à consolidação de seus processos de afirmação e reinserção sociocultural, territorial e econômica na região. A entidade tem custeado também despesas da CGS, como o engenheiro de alimentos, o acompanhamento técnico e a realização de assembleias, bem como a produção ecológica de mudas e o intercâmbio de experiências e formação.

Fonte: Carvalho (2007, p. 78).

A comercialização de frutos nativos do cerrado tem algumas peculiaridades estruturais. A sazonalidade da produção é uma delas, pois não permite, muitas vezes, constância de volume de entrega, o que pode significar deixar de comercializar em mercados que exigem isso.

Outro aspecto delicado é o pagamento aos agricultores, que depende do recebimento da cooperativa na comercialização das polpas. Às vezes, isso ocorre até um ano após a entrega dos frutos pelos agricultores, permanecendo pendências no pagamento. Este atraso, às vezes, dificulta a cooperação, pois gera descontentamento por parte dos agricultores que querem receber logo pelo produto vendido. Porém, a cooperativa não tem recursos para a realização de pagamentos antecipados, já que depende das vendas dos produtos (CARVALHO, 2007).

2.3.1.5 Cooperativa dos Produtores Rurais e Catadores de Pequi (Cooperjap)

A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Japonvar, município no qual a cooperativa está instalada, surgiu a partir da iniciativa de agricultores familiares, em busca do uso sustentável do Cerrado. Fundada em 1998, inicialmente, para o aproveitamento do pequi, na busca de geração de ocupação e renda aos agricultores da região.

Os agricultores percebiam que consideráveis áreas de cerrado eram desmatadas para o feitiço de carvão. Foi, então, a partir da percepção da degradação ambiental e do desperdício do pequi, que houve a iniciativa de formação da cooperativa.

Quando ela foi fundada, havia 30 cooperados. No ano de 2009, contava com aproximadamente 200 cooperados. O início do trabalho foi possível apenas por conta das parcerias firmadas entre a cooperativa e algumas instituições. Os primeiros apoios vieram da Prefeitura Municipal de Japonvar e do Sebrae. A Prefeitura ofereceu suporte relacionado à infraestrutura, com a concessão de uma área para a construção de uma unidade de beneficiamento. Já o Sebrae forneceu consideráveis apoios relacionados às capacitações sobre administração e marketing.

Os primeiros recursos da Cooperativa também foram conseguidos via parcerias com instituições, por meio da aprovação de projetos de fomento a essas atividades, além de recursos próprios que são adquiridos por meio da colaboração dos cooperados para manter um fluxo de caixa e também pela destinação de uma parte dos recursos obtidos com a comercialização dos frutos para a manutenção de um fundo rotativo.

Os principais parceiros e financiadores, no início da Cooperativa, foram o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Desenvolvimento do

Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), Banco do Brasil e Banco do Nordeste¹⁷.

Quadro 3 Principais apoios recebidos pela Cooperjap.

Instituição apoiadora	Informações sobre o apoio
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Com recursos do ISPN a Cooperativa adquiriu um computador, dois freezers, recursos para rótulos, embalagens e uma câmara fria
Universidade Federal de Lavras/ Grupo de Estudos em Plantas Nativas e Exóticas (UFMG/GEFEN)	A Universidade, por meio deste grupo de estudo, apoia a Cooperativa com capacitações sobre manejo conservacionista do ambiente, plantio de mudas, práticas de higiene na unidade de beneficiamento
Sebrae	Oferece apoio com capacitações como cursos sobre marketing, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo. Além disso, há uma colaboração financeira também do SEBRAE, por meio do auxílio ao pagamento de pessoas que trabalham na cooperativa e custeios de viagens e dias de campo.
PNUD	Veio desta instituição parte dos recursos investidos na construção da unidade de beneficiamento dos frutos do cerrado.
Emater	Assistência técnica ambiental. Além disso, a comercialização para a Conab é realizada via Emater. Os agricultores avaliam esta ação como sendo parte de uma parceria de trabalho.
IDENE	Veio desta instituição parte dos recursos investidos na construção da unidade de beneficiamento dos frutos do cerrado.
Prefeitura Municipal de Japonvar	Apoio desde o início do trabalho da Cooperativa. Inicialmente pela concessão de um espaço para a construção de uma unidade de beneficiamento. A prefeitura se tornou parceira constante da Cooperativa pelo trabalho de divulgação.
PCPR	Veio desta instituição parte dos recursos investidos na construção da unidade de beneficiamento dos frutos do Cerrado.
PPP-Ecos	Veio desta instituição parte dos recursos investidos na construção da unidade de beneficiamento dos frutos do cerrado.

“Continua...”

¹⁷ A caracterização dessas siglas encontra-se no anexo deste texto

Quadro 3 “Cont.”

Instituição apoiadora	Informações sobre o apoio
IEF	Fornecimento de mudas de frutos do cerrado (não foram especificadas quais) para plantio.
BNB	Veio desta instituição parte dos recursos investidos na construção da unidade de beneficiamento dos frutos do cerrado. Além disso, apoio na concessão de créditos da linha B do Pronaf.
Banco do Brasil	Veio desta instituição parte dos recursos investidos na construção da unidade de beneficiamento dos frutos do cerrado. Além disso, apoio na concessão de créditos.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Em 2006, foi aprovado um projeto no valor de 80.000,00 para custear trabalho de base com os agricultores, como reuniões, capacitações, troca de experiência entre os agricultores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

A Cooperativa comercializa frutos do cerrado e dos quintais domésticos, além de óleo, castanha, farinha de pequi e farinha de jatobá. Os frutos do cerrado comercializados são pequi, cajuí, maracujá-do-mato, coco-macaúba, coquinho-azedo, favela (fava-d’anta), umbu, mangaba, araticum e cagaita. Já os frutos dos quintais comercializados são laranja, manga, acerola e goiaba, sendo comercializados na forma de polpa. Grande parte dessa produção é comercializada via Conab.

No caso da comercialização do pequi, apenas os cooperados entregam a produção na cooperativa, já que sua produção é suficiente para atender à demanda. Já no caso dos frutos dos quintais, é necessário comprar de agricultores cooperados e não cooperados para atender toda a demanda.

Em termos de volume de produção, no ano de 2008 foram comercializadas quatro toneladas de pequi. O destino dessa produção foi a Conab, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos.

Na Cooperjap, os coletores de pequi também comercializam uma parte da produção para intermediários. São conhecidos pelos agricultores extrativistas

como os “caminhões de Goiás”. Esses intermediários compram parte da produção de pequi no Norte de Minas, para venderem no estado de Goiás.

Os principais mercados a que se destina a produção da Cooperjap são o institucional (CONAB) e feiras da agricultura familiar, feiras agroecológicas, neste caso mais como estratégia de marketing para divulgar a produção da agricultura familiar. A cooperativa investe em marketing como uma forma de tornar visíveis seus produtos e o trabalho dos agricultores extrativistas. Procura a inserção em jornais e TV, a distribuição de folhetos, a divulgação dos valores nutricionais e os benefícios dos frutos do Cerrado à saúde. A valorização da atividade extrativista é uma maneira de fortalecer a identidade dos agricultores: afirmação territorial e valorização da cultura.

No caso do pequi, a Cooperativa expandiu a comercialização, inclusive para mercados nacionais, como restaurantes em São Paulo e Belo Horizonte. A perspectiva é entrar no mercado externo, por meio da exportação do óleo de pequi para alguns países da Europa e para os Estados Unidos.

Os gargalos da atividade extrativista, segundo a direção da Cooperjap, referem-se, principalmente, à falta de padronização no volume de oferta da produção para a entrega aos compradores e questões ambientais. A primeira se refere ao fato de que as safras dos frutos variam em volume entre os anos, o que faz com que, num ano, a produção seja elevada, mas, em outros anos, seja reduzida, o que torna a atividade vulnerável, já que os compradores, principalmente os compradores institucionais, necessitam de oferta regular no volume de produção.

Já o aspecto ambiental se relaciona com o manejo muitas vezes predatório feito por alguns agricultores na coleta de pequi. Como a demanda pelo produto é muito grande, algumas vezes há a coleta do fruto “na vara”, ou seja, pequi coletado no pé, antes de cair de maduro no chão: o saber tradicional considera que a coleta do pequi antes da maturação prejudica a árvore. A coleta

do fruto é feita assim por alguns agricultores, principalmente quando se destina à comercialização. Acontece que, no início da safra, seu preço é maior, o que faz com que alguns agricultores se sintam incentivados a coletar dessa maneira.

À época desta pesquisa (2009) havia um trabalho na cooperativa de conscientização ambiental. A tentativa era sensibilizar os coletores quanto a este manejo predatório, além do plantio de mudas de pequi. O argumento era que do pequi se tira o sustento dos agricultores, além de o fruto ser parte da cultura da população. A manutenção dessa espécie na natureza para as gerações futuras deve ser garantida, para que elas possam, assim como a geração presente, usufruir e cuidar deste bem da natureza.

O armazenamento da produção, que já foi citado como um gargalo da Cooperativa Grande Sertão, está também relacionado aos recursos disponíveis na Cooperjap, que depende da aprovação de projetos para processar os frutos naquela safra. O que pode ocorrer, e isso representa um risco que a cooperativa enfrenta, é que, em determinada safra, haja uma produção grande e não haja recursos para o processamento dos frutos. É uma situação com a qual a Cooperativa precisa conviver, por isso a importância da manutenção de reservas de recursos, oriundos de uma parte da produção dos agricultores e uma parte da colaboração financeira desses agricultores.

2.3.1.6 Vicentina Bispo Corte - Pequitina

Vicentina Bispo Corte representa uma iniciativa individual de pessoa física que comercializa derivados de pequi no município de Januária. A atividade começou para suprir uma demanda doméstica por alimento. Vicentina experimentou processar o pequi artesanalmente para a fabricação de farofa, tempero e suplemento alimentar. Ela percebeu que os derivados de pequi eram muito bem aceitos pelas pessoas que o consumiam na sua família. Começou a

divulgar seu trabalho e, na ocasião de um curso sobre agroindústria realizado pelo IFET de Januária, pode oferecer uma oficina sobre os novos produtos feitos por ela.

Com esta divulgação inicial e, principalmente a partir do curso sobre agroindústria, ela ficou conhecida na cidade e surgiu demanda por seus produtos. Este foi o início da sua atividade de comercialização. Seus produtos, na época da pesquisa, em 2009, eram comercializados via mercado local e nas feiras da agricultura familiar, sendo, neste último caso, uma estratégia de divulgação.

2.3.1.7 As experiências de comercialização agroextrativista

As experiências de três organizações diversas, organização não governamental, sociedade civil organizada e iniciativa individual, são relatadas no intuito de apresentar alguns avanços e desafios comuns entre elas e demonstrar que, para cada tipo de mercado em que se insere a produção agroextrativista da agricultura familiar, as demandas, as possibilidades e os desafios apresentam algumas particularidades.

A primeira e marcante característica destas iniciativas é, de forma direta ou indireta, a organização dos agricultores. A articulação local é o que sustenta as demais relações construídas no processo de comercialização. A segunda característica dessas experiências é a formação de parcerias. Porém, elas devem atuar junto aos agricultores, respeitando seu tempo e seu conhecimento e não impondo práticas que não condizem com o tipo de trabalho praticado pelos agricultores. O trabalho de valorização dos frutos do cerrado é outra importante característica dessas três experiências que merece destaque. As iniciativas de valorização cultural dos frutos e a inserção em espaços como as feiras da agricultura familiar propiciam a visualização do trabalho dos agricultores

agroextrativistas e colaboram para que os próprios agricultores valorizem a atividade.

A iniciativa individual deve ser destacada pelo nicho muito específico de mercado que encontrou entrada. A comercialização da farofa de pequi é feita exclusivamente por Pequitina em todo o município de Januária. Assim, a comercialização no mercado local que, nos casos da feira livre, mercado municipal e venda direta, apresentam estrangulamentos relacionados ao excesso de oferta e comercialização *in natura* dos frutos. Neste caso, não apresentam limitações, justamente por comercializarem um produto único no município, numa localidade onde os consumidores apreciam e valorizam o gosto desse fruto.

Essas experiências revelam possibilidades e dificuldades diferentes. As possibilidades que se abrem para a iniciativa individual é, sem dúvida, o indicativo do nicho específico de mercado que, para a venda direta, dificilmente teria tanto êxito, como a comercialização de um produto processado e inovador. Porém, as dificuldades percebidas na iniciativa individual são a organização e a falta de parceria que, indiretamente, estão ligadas à organização. Este fator é restritivo para ampliar a atividade, pois falta recurso para tal. Já nas experiências relatadas da Cooperativa Grande Sertão e Cooperjap, a organização dos agricultores e a formação das parcerias são as bases da atividade. Como comercializam uma quantidade maior de frutos para o mercado regional e institucional, as limitações estão mais relacionadas à padronização no volume de produção.

Outra importante observação a ser feita sobre essas experiências é a comercialização que se destina ao mercado institucional. Tanto a Cooperjap quanto a Cooperativa Grande Sertão destinam um considerável volume de produção a este mercado, o qual se apresenta como uma grande possibilidade de entrada dos produtos da agricultura familiar por vários aspectos: consegue

absorver a produção, pratica preços compatíveis com os do mercado e atuam na perspectiva de valorização da produção da agricultura familiar e segurança alimentar.

3 METODOLOGIA

A preocupação principal, nos métodos para a coleta de dados utilizados nesta dissertação, foi incorporar a interpretação dos agricultores acerca de sua realidade, relacionada, principalmente, à singularidade das populações rurais tradicionais, que faz um uso dos recursos naturais que exige a compreensão de casos específicos (BRANDÃO, 1981). Essas relações são a base para a compreensão das demais relações construídas pelos agricultores.

Por isso, o método guia escolhido foi o estudo de multicasos que permite a observação detalhada de uma comunidade ou indivíduo, possibilitando a pesquisa em que se analisa uma unidade profundamente (GODOY, 1995). Esta técnica é aqui necessária para que se compreendam as relações entre os próprios agricultores e deles com os recursos naturais que pautam as demais relações por eles construídas.

Nesta pesquisa, o estudo de multicasos não se refere à comparação entre os casos estudados, mas ao fato de terem sido estudadas seis diferentes comunidades, que fazem parte de uma mesma unidade de análise: o rio dos Cochos.

A realização das entrevistas foi facilitada e decidida conjuntamente entre as organizações participantes da pesquisa. Primeiro, decidiu-se que seriam feitas pesquisas nas mesmas comunidades em que está sendo realizado o trabalho de recuperação e revitalização do rio dos Cochos por essas organizações, ou seja, as comunidades de Cabeceira dos Cochos, Sambaíba, Sumidouro, Roda d'Água, Mamede e São Bento. As outras duas comunidades que fazem parte da sub-bacia (Baruzeiro e Bom Jantar) não foram incluídas na pesquisa pelo fato de o Projeto de Recuperação e Revitalização não ter ações nelas.

Esta decisão é justificada pela possibilidade de garantir um detalhamento maior nas informações obtidas em campo, que poderiam servir de

subsídio ao trabalho de revitalização do rio dos Cochós. Os resultados também poderiam ser de grande valia na construção desta dissertação.

A Assusbac fez um levantamento de quantas famílias existiam nas seis comunidades em que seria realizada a pesquisa. A partir disso, ficou definida a amostra da população que seria entrevistada. Definiu-se 15% do total das famílias rurais que vivem na sub-bacia, o que totaliza algo em torno de 50 famílias, distribuídas entre as comunidades.

O método para a escolha das famílias entrevistadas foi a amostra não probabilística por julgamento. Bruyne et al. (1991) descreve esse tipo de amostra como sendo aquela em que todos os indivíduos de uma determinada população podem ser escolhidos para a entrevista. Caso haja critérios para a composição da amostra esta deve ser respeitada.

Para o caso estudado, respeitaram-se os seguintes critérios: densidade populacional de cada comunidade para decidir quantas famílias seriam entrevistadas em cada uma delas; tamanho e composição da família, que indica a força de trabalho disponível; faixa etária média do casal, que aponta a presença de filhos adultos, aposentados e formas compensatórias de renda e comercialização da produção agroextrativista (PPJ, 2009).

Como a ASSUSBAC mantém laços de proximidade estreitos nessas comunidades rurais, ficou decidido que o agendamento das pesquisas, bem como a explicação dos objetivos, seria feito pela associação.

A visita prévia a pessoas da própria comunidade facilita também o trabalho do pesquisador. Este não é mais visto como um estranho, alheio àquela comunidade; se forem de confiança de pessoas das comunidades, são de confiança dos demais que habitam aquela determinada comunidade rural (HAGUETTE, 1987).

Isso exige do pesquisador também responsabilidade. Toda a comunidade passa, de fato, a confiar naquela pessoa porque confia na pessoa que o levou até

ali. Por isso é essencial o trabalho sério e comprometido do pesquisador. Se este perde o voto de confiança que a comunidade depositou nele, é possível que a pessoa que o levou até ali também seja vista com desconfiança por toda a comunidade.

Definidos os critérios, selecionadas as famílias e agendados dias e horários, partiu-se, então, para a realização das entrevistas. Para isso, lançou-se mão de outras técnicas de abordagem nas ciências sociais, que foram: história oral, observação não participante e a utilização de questionário não estruturado de entrevistas, caderno de campo, além da colaboração constante da etnografia como técnica de observação.

Utilizou-se, ainda, o grupo focal que, segundo Malhotra (2001), é uma entrevista realizada com um grupo de pessoas, geralmente coordenadas pelo pesquisador. O objetivo principal desta técnica é obter uma compreensão aprofundada a partir da fala das pessoas sobre temas de interesse do pesquisador. É baseada em roteiros de pesquisa, com o objetivo de focar no tema abordado.

O grupo focal foi utilizado em várias etapas da pesquisa de campo, a fim de criar complementaridade das informações obtidas nas entrevistas com as famílias. Optou-se por um estudo descritivo, em que o foco central foi conhecer a interpretação que os sujeitos fazem de determinada realidade (GEERTZ, 1989).

A história oral ou, como também é conhecida, história de vida, é definida, de acordo com Côrrea (1978) é “a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fontes primárias a cientistas sociais” (CORRÊA, 1978, p 38).

Este foi um dos métodos escolhidos para a coleta de informações, pelo fato de proporcionar um conhecimento transmitido oralmente pelas pessoas das comunidades rurais. Este é o principal objetivo da história oral: preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelo pesquisador no

futuro e para que a memória das pessoas que cederam as entrevistas continue viva de maneira documentada, podendo servir de importante alicerce para estudos futuros (CORRÊA, 1978).

No caso estudado, essa técnica de pesquisa necessitou de muito cuidado, quando da transcrição dos dados, para que, além do não enviesamento, eles pudessem ser expostos da maneira como foram obtidos em campo e, mais ainda, fossem o retrato do que aquela população transmitiu à pesquisadora, e que foi documentado nesta dissertação. O caderno de campo também foi utilizado em todas as etapas da pesquisa.

Foi utilizada a entrevista não estruturada, que considera a participação do sujeito (pesquisador) como elemento de fazer científico. Ela parte de questionamentos bases, apoiados em teorias e hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Dessa maneira, o informante, seguindo a linha de seu pensamento e de sua experiência dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (HAGUETTE, 1987).

Os principais temas abordados nas entrevistas não estruturadas (com as famílias e em grupo) foram: histórico da atividade agroextrativista; processo de produção; processamento dos frutos, caso houvesse; principais usos dos frutos do Cerrado; comercialização e participação em formas organizativas sociais e econômicas. Estes temas, é claro, permitiram o direcionamento da entrevista, mas não sua limitação, ao passo que, quando novos temas iam surgindo, os quais demonstravam ser da maior relevância para os agricultores, eles foram sendo incorporados e, posteriormente, analisados.

É interessante observar que o roteiro de entrevistas não é uma camisa de força para o pesquisador, mas, antes, um leme que orienta e dá a direção. Foi com esse intuito que se utilizou desta técnica de pesquisa.

A observação não participante também foi utilizada na coleta de dados. Nela, de acordo com Alencar (1999), o pesquisador observa, percebe uma determinada situação, faz anotações sobre o que lhe parece mais importante, baseado nos roteiros que utiliza, porém, não interfere na descrição sobre determinado assunto dado pelo entrevistado. Não há participação nas informações, apenas a observação delas.

A etnografia foi utilizada aqui de acordo com a concepção de Geertz (1989, p. 15),

é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa.

E assim buscou-se fazer nesta dissertação.

Além dessas técnicas utilizadas para a coleta de dados sobre o processo de comercialização dos frutos do cerrado, era imprescindível compreender a história dos agricultores do rio dos Cochos e sua relação com os recursos naturais. Enfim, era preciso compreender a paisagem e seu significado para os agricultores, compreender suas estratégias de reprodução social, conhecer suas atividades, para, então, entender o processo de produção e comercialização agroextrativista.

Para isso, utilizou-se a etnometodologia que, nesta dissertação, correspondeu à “aula dos agricultores”, um evento organizado com o propósito de fazer com que os moradores do lugar apresentassem seus sistemas de produção e manejo de recursos ao público formado por estudantes e professores das universidades participantes (Universidade Federal de Lavras, Universidade

Federal de Minas Gerais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas).

Haguette (1987) caracteriza a etnometodologia como a técnica que o pesquisador utiliza para compreender certa realidade a partir do relato dos sujeitos da pesquisa. Refere-se a um estudo sobre as atividades e a vida do outro, sua inserção no ambiente: “É a prática da vida cotidiana interpretada pelos atores sociais que alocam sentido aos objetos circundantes, através do processo de interação uns com os outros e consigo próprios, passando então a interpretar e agir no seu mundo significativo” (HAGUETTE, 1987, p. 45).

A aula com os agricultores baseou-se na colaboração da etnociência que, assim como a etnometodologia, parte da linguagem para estudar o conhecimento que populações humanas têm sobre os processos naturais. De acordo com a etnociência, o manejo de ecossistemas pode ser considerado como a relação de conhecimento e ação entre as populações e seu ambiente (DIEGUES, 2001).

No mês de agosto de 2007 foram feitas entrevistas com 15% das famílias das seis comunidades rurais que apontaram “especialistas”, pessoas que são referência nas comunidades por terem um conhecimento profundo sobre determinado assunto, em recursos naturais e outras que lidavam com o agroextrativismo. A partir dessas indicações ocorreram as primeiras entrevistas. Nos meses de outubro e novembro de 2007 ocorreram as campanhas de campo para o conhecimento da atividade agroextrativista dos agricultores do rio dos Cochós. Em agosto de 2007, houve a aula com os agricultores. Nova campanha de campo foi feita em outubro de 2008, para a realização das entrevistas restantes que fossem necessárias.

Todas as entrevistas realizadas em 2007 e 2008 foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. As anotações do caderno de campo também foram de grande valia na complementação dessas informações. Com

esse volume de dados, partiu-se, então, para a sua sistematização, que possibilitaria nova incursão em campo.

A partir das sistematizações e dos depoimentos dos agricultores, partiu-se para a segunda campanha de campo. O método utilizado foi a “bola de neve”, técnica de coleta de dados que, segundo Rea e Parker (2000), é útil quando é difícil identificar entrevistados em potencial.

Esta campanha foi realizada nos meses de julho a agosto de 2009. Foram entrevistados os principais compradores da produção agroextrativista do rio dos Cochos, pesquisados os principais espaços a que se destina a produção da sub-bacia e realizadas entrevistas, ainda, nas principais instituições que, de forma direta ou indireta, fazem trabalhos voltados ao apoio da temática agroextrativista.

Os lugares e instituições definidos foram informados pelos agricultores. Para a entrevista nas instituições, utilizou-se também a pesquisa documental, a fim de saber se havia mais instituições em Januária e região que apoiavam a atividade agroextrativista e não haviam sido citadas pelos agricultores. Nessas entrevistas também foram focalizadas questões norteadoras, elaboradas a partir da primeira pesquisa de campo. Terminada esta etapa, partiu-se, então, para a análise dos resultados.

A análise dos resultados foi feita apoiando-se na caracterização dos canais de comercialização agrícola, para o que se contou com a colaboração de Reis (1997). Este autor distingue as instituições de comercialização em atacadistas, varejistas e organizações auxiliares. As primeiras se referem aos comerciantes que compram a mercadoria com a intenção de revendê-la a outros atacadistas ou varejistas. Os varejistas têm a função de transferir o bem ao consumidor final, que pode agregar ou não valor àquele produto adquirido. Já as organizações auxiliares “facilitam as funções produtoras de utilidade” (REIS, 1997, p. 55).

Com relação à integração de mercado, Reis (1997) considera que “é a união com o objetivo de crescimento do poder de barganha individual no mercado e na redução do nível de concorrência, bem como facilitar o processo de abastecimento” (REIS, 1997, p. 52).

O autor considera que o mercado se estrutura e se integra pelo local onde o produtor agrícola vende sua produção. Nesse tipo de mercado, são muito importantes as formas organizativas dos produtores como as associações que impedem o mercado de ditar o preço e proporcionam aos produtores certa autonomia para a formação de seus preços.

Também é pelo mercado atacadista que os agentes atuam como intermediários atacadistas, que operam com grandes volumes de produção. Neste nível, os produtos podem ser processados ou não, mas sofrem algum tipo de benefício no sistema, transporte, armazenamento, embalagem, que proporciona sua forma final para o consumo (REIS, 1997).

Essas técnicas utilizadas em campo para a coleta de dados, bem como as empregadas para a sistematização dos resultados, têm algumas vantagens e limitações. A limitação em campo das técnicas abordadas nas ciências sociais é a apreensão do conhecimento dos agricultores exatamente da maneira como foram passadas à pesquisadora. Mesmo lançando mão de técnicas consagradas nas ciências sociais, o olhar atento e a descrição, a interpretação da realidade está ligada às experiências de vida dos sujeitos. Afinal, o estudo em ciências sociais não é como tirar uma fotografia em campo e sistematizar exatamente aquela situação. Mas, é um processo de construção da compreensão acerca das informações que os sujeitos da pesquisa passaram à pesquisadora. Informações essas que são mais bem compreendidas junto com a colaboração do campo teórico e o trabalho prático junto aos agricultores, mesmo que essa compreensão não seja tão profunda quanto à dos agricultores acerca de sua realidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao passar pelas comunidades do rio dos Cochos, principalmente nos meses de outubro a dezembro, o visitante se depara com agricultores carregando baldes com frutos do cerrado para diversas finalidades, como alimentação humana, consumo animal, fabricação de remédios, artesanato e comercialização *in natura*.

O viajante e naturalista francês August Saint-Hilaire, ao passar pela região do rio São Francisco, descreveu a utilização de frutos como araticum, guabiroba, várias espécies de araçá, jabuticaba, diversas espécies de murici, umbu, jenipapo, buriti, mangaba, pitomba, mutamba e cagaita (SAINT-HILAIRE, 1996). Essa descrição foi feita no ano de 1817, o que demonstra o quão antiga é a utilização desses frutos pelas populações rurais.

Nas comunidades rurais pesquisadas, foram identificadas onze espécies de frutos de uso corrente: buriti, cagaita, cajuí, coquinho azedo, favela, jatobá, jenipapo, maracujá-do-mato, panã, pequi e umbu. Cada um deles recebe um cuidado específico na coleta, manejo que permitirá às gerações futuras usufruir dos mesmos bens da natureza que a geração presente usufrui: é a destinação que se dá de cada fruto, toda uma complexa teia de interação entre o conhecimento tradicional e as estratégias utilizadas para a permanência desta população na localidade estudada. A partir dos agricultores que permitiram o acesso a essas informações, foi possível perceber quão profundo é o conhecimento sobre o ambiente e a forma de manejá-lo.

É como um mosaico que vai se formando, a partir de cada peça com um formato único que, ao se juntarem, formam uma grande peça final, no sentido de que cada peça em separado pode até parecer sem sentido, mas sem ela o todo do mosaico não pode ser construído.

Assim é a estratégia dos agricultores: cada pedaço de terra, cada diferente ambiente permite uma determinada atividade que desconexa do todo pode parecer sem sentido, mas que, ao se juntar na complementação, se torna indissociável e essencial para a reprodução social.

O manejo agroextrativista é um exemplo desse cuidado e conservação da natureza. A disseminação de sementes de pequi, por exemplo, é estimulada pelos agricultores, como revelou D. Adélia Almeida, da comunidade de Sumidouro: “o pequi, a gente quando come, deixa o caroço no mato que é pra nascer mais pequi. Até o gado, a gente percebe que ele faz essa função de nascer pequi. Ele come e joga o caroço fora, que daqui a uns anos vai ser pequi de novo” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009) ¹⁸.

No caso do buriti, é necessário coletar os frutos que estão no chão, já que estes são os frutos maduros. Somente na lua nova deve ser feita a colheita, já que esta lua é favorável, como ficou evidenciada nas palavras de D. Dalvina Alves, agricultora da comunidade de Sambaíba: “As plantas, a gente põe na cheia e recolhe na nova” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009) ¹⁹ ²⁰. Coletam somente os frutos que já estão no chão, pois eles se apresentam no ponto certo para o consumo. Do buriti são feitos doces, bolos, licores e sucos. É utilizada, ainda, a matéria-prima para a fabricação da esteira. Segundo os agricultores, a maneira de coletar a palha precisa ser feita corretamente para impedir a extinção dos pés. É preciso coletá-la deixando o “olho” do buriti para que o pé da planta não

¹⁸ ALMEIDA, Adélia. Comunidade de Sumidouro. Januária/MG. 2009

¹⁹ ALVES, Dalvina. Comunidade de Sambaíba. Januária/MG. 2009

²⁰ Sobre a relação com a lua, Woortmann; Woortmann (1997) descrevem situação semelhante de agricultores da região de Sergipe. Eles relatam que, para se obter um alimento forte e de bom crescimento, há que plantá-lo no início da lua cheia e colhê-lo na lua nova, pois a lua cheia garantirá a “fortaleza” e crescimento e a lua nova garante uma boa colheita.

morra. Esse “olho” descrito pelos agricultores é o meristema apical da planta, responsável pelo seu crescimento.

Há, ainda, uma relação de preservação de árvores e frutos considerados mais saudáveis pelos agricultores. Como estes conhecem os pés dos frutos, já que todo ano vão coletar, sabem quais pés dão mais frutos e quais pés dão frutos maiores, mais bonitos. Assim sendo, essas árvores em especial não são coletadas todos os seus frutos. Os agricultores avaliam que essas sementes são melhores, já que são as árvores e os frutos maiores, então, se “ficar” a semente (diversidade biológica) destas espécies, futuramente, a chance de existirem árvores com maior quantidade e melhor qualidade de frutos é grande. Isso foi percebido, de forma em geral, no manejo com todos os frutos identificados nesta pesquisa.

4.1 As vendas diretas

4.1.1 A feira livre de Januária

Aos sábados em Januária, município do qual a maioria das comunidades do rio dos Cochos faz parte, o espaço próximo à rodoviária fica “vivo” e repleto de cores, cheiros, sons e pessoas. Trata-se da feira livre, o mais completo espaço para quem deseja confirmar a diversidade de produção da agricultura familiar, as trocas feitas e presenciar um local onde a produção, a tradição e a cultura estão presentes. Variados são os produtos ofertados na feira, variadas são as comunidades rurais que ofertam produtos aos sábados.

A feira livre de Januária existe desde 1979, no espaço denominado localmente “Feira do CEASA”. Este espaço é assim denominado por ser um espaço público gerido pela Prefeitura Municipal. Anteriormente, a feira era realizada ao lado do mercado municipal, que fica no centro da cidade e acontecia

ao ar livre. Como o espaço anterior era na rua, isso acabava prejudicando os feirantes e o tráfego.

Foi criada em março de 2009, pelos feirantes de Januária, uma associação, com o objetivo de organizar o espaço da feira e possibilitar a inserção maior dos feirantes em temáticas de seus interesses. Foi batizada como Associação dos Agricultores e Feirantes de Januária, cuja sigla é Agriferjan. Desde sua criação até a data da pesquisa (julho de 2009), contava com 286 associados. Esses feirantes são de Januária e também de municípios vizinhos, como Cônego Marinho, Lontra, Japonvar, Jaíba, Montes Claros, Bonito de Minas e Juramento, município próximo de Montes Claros.

Na associação existem dois tipos de associados: os produtores, que são os agricultores feirantes produtores de seus próprios produtos e os feirantes, que são aqueles que compram produtos de outra pessoa para comercializarem na feira.

Aos sábados, na feira de Januária, se percebe quão diversa é a oferta de produtos da agricultura familiar, embora, nessa feira específica, a produção local fique um pouco sufocada pela entrada de produtos de outros municípios.

No tempo das águas, outubro a abril, a presença de produtos vindos das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais e do Norte de Minas é maior. São os produtos não produzidos na região, como a maçã e a uva. Mas há, também, a comercialização de legumes e temperos, como cebola, chuchu, batata, alho, tomate e cenoura, entre outros, além da presença de frutas como a melancia e a banana, produzidas na região, mas, em grande quantidade, oriundas do Projeto Jaíba²¹.

21 Criado na década dos 1970, pela Codevasf e o governo de Minas Gerais, propunha a irrigação de espécies frutíferas. O projeto localiza-se à margem direita do rio São Francisco, nos municípios de Matias Cardoso e Jaíba. Para mais detalhes sobre as consequências deste projeto aos agricultores familiares, consultar Soares (1999) e Rodrigues (2000).

Feirantes e presidente da associação observam que não há proibição da entrada desses produtos. A justificativa é que a produção dos agricultores da região é pequena, por isso há a necessidade de oferta de produtos vindos de fora, mesmo que não sejam produtos regionalizados, mesmo que não sejam produtos originados da agricultura familiar.

Mas, no tempo das águas, não é só isso que se encontra. Essa é a época em que os frutos do cerrado têm presença garantida. Segundo o coordenador da feira de Januária, senhor Boaventura Malveira, “é quando o povo dos gerais desce com frutos para Januária” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)²². Quem deseja comprar maracujá-do-mato, panã (também conhecido como cabeça-de-nego ou araticum), coquinho-azedo, pequi, cagaita, pitomba, grão-de-galo ou buriti precisa ir à feira que, certamente, encontrará o que deseja. Eles são comercializados de diversas formas. *In natura* na maioria das vezes, mas também, como é o caso do buriti, na forma de polpa, doce e esteiras. Já o pequi, além da comercialização na forma *in natura*, é vendido sob a forma de óleo e farofa, amplamente reconhecida e saboreada na região.

Já no tempo das secas, de maio a outubro, a paisagem da feira muda drasticamente. Chega o tempo das hortaliças e dos produtos processados, como a farinha e a rapadura. É a rapadura no ponto certo e cor desejada pelos consumidores, é a farinha mais torrada ou não, dependendo de cada freguês, que geralmente são antigos conhecidos e compradores dos feirantes (RIBEIRO, 2007).

Ainda de acordo com o coordenador da feira de Januária, senhor Boaventura Malveira, “é chegado o tempo também dos vazanteiros tomar conta da feira, com sua imensa variedade de produtos” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009).²³ Quiabo, milho, maxixe e muitas variedades de abóbora são os produtos

²² MALVEIRA, Boaventura. Januária/MG. 2009

²³ MALVEIRA, Boaventura. Januária/MG. 2009.

mais comumente ofertados por esses agricultores. Há qualidades para os mais variados gostos, paladares e usos, para os mais exigentes de doce ou não, para os que preferem a abóbora enxuta ou não.

Os vazanteiros são responsáveis, ainda, pela indecisão dos consumidores que, com uma gama tão grande de possibilidades, sempre ficam indecisos na hora de comprar, mas sempre levam para casa mais de uma qualidade de abóbora, para agradecer a toda a família. Essa é uma boa época para presenciar a cultura representada na forma de vida de uma determinada população.

É interessante notar que a maioria dos agricultores que comercializam frutos do Cerrado no tempo das águas são os mesmos que comercializam produtos processados na seca. Isso mostra a importância da diversificação de atividade para a agricultura familiar.

No que tange à comercialização agroextrativista específica do rio dos Cochos, percebe-se que sua presença na feira de Januária é pequena. São comercializados pequi (*in natura* e na forma de óleo), coquinho-azedo, cajuí (comercialização *in natura*) e buriti, *in natura* e na forma de esteiras, utilizando como matéria-prima a palha da árvore.

4.1.2 O mercado municipal de Januária

O mercado municipal existe desde 1973. Fica um pouco distante do lugar da feira, localizado no centro da cidade. Difere da feira livre pela menor presença de agricultores e por funcionar todos os dias da semana durante todo o dia, ao contrário da feira, que ocorre somente aos sábados até, aproximadamente, 13h00min. Além disso, no mercado municipal, há uma presença maior de produtos industrializados, como calçados, roupas e utensílios domésticos. Entre os produtos da agricultura familiar, são encontrados, em

maior quantidade, os processados, como rapadura, farinha, esteiras de buriti e artesanato com peças feitas de barro.

O espaço físico do mercado se divide em dois, uma área externa e uma interna. Na área interna ficam os boxes, de propriedade privada dos comerciantes; já a parte externa do mercado é gerida pela Prefeitura Municipal.

É no espaço externo do mercado que ficam os frutos do agroextrativismo. Coquinho azedo, panã, pequi, maracujá-do-mato, murici e cagaíta são os mais comumente encontrados.

A comercialização é feita diretamente ao consumidor e os principais municípios que levam os frutos do Cerrado são Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho, além das comunidades rurais de Tejuco, São Joaquim, Riacho da Cruz e Brejo do Amparo.

Do rio dos Cochós chegam ao mercado para a comercialização as esteiras de buriti, que são vendidas para intermediários que repassam ao consumidor final e alguns poucos frutos da coleta agroextrativista, como o pequi, o coquinho azedo e o cajuí. Estes são os frutos que têm maior possibilidade de venda neste mercado, pois são apreciados pelos consumidores, de acordo com o relato dos agricultores entrevistados. O pequi é consumido junto ao arroz e à carne, geralmente. O coquinho-azedo e o cajuí são consumidos principalmente *in natura* e na forma de sucos.

Alguns agricultores das comunidades rurais do rio dos Cochós realizam também a venda direta, realizada nas próprias comunidades rurais para as famílias que não se dedicam à coleta e, na cidade, para bares e lanchonetes.

4.1.3 Apoios

Os canais de comercialização caracterizados como venda direta identificados nesta pesquisa recebem apoio de organizações públicas e da

sociedade civil organizada. Esses apoios se referem, principalmente, à melhoria da estrutura física instalada e ao oferecimento de capacitações para os agricultores. Porém, em todos os canais identificados, feira livre de Januária, mercado municipal e venda direta, não há apoio específico para atividade agroextrativista.

As formas organizativas dos agricultores colaboram com o acesso a esses apoios. As entrevistas demonstraram isso para o caso da feira livre. Segundo o presidente da associação, após a criação desta, ficou mais fácil acessar os espaços de reivindicação dos interesses dos agricultores. Ele avalia que a inserção de forma organizada tem mais “peso” que a inserção individual dos agricultores.

Já no caso do mercado municipal, como a prefeitura é responsável pela gestão do espaço externo, as instalações físicas e serviços, como água, luz e higiene, são de sua responsabilidade. A associação existente no mercado atua em aspectos relacionados também à melhoria das estruturas físicas do espaço interno: de propriedade particular de quem adquire os boxes. E, na venda direta, não foram identificadas formas organizativas dos agricultores, pelo contrário, percebeu-se que são iniciativas particulares, individuais, com baixo volume de venda, não sendo identificado nenhum tipo de apoio de organizações públicas ou da sociedade civil organizada. No Quadro 4 estão resumidos os principais apoios de organizações públicas e da sociedade civil organizada a este tipo de mercado.

Quadro 4 Apoios recebidos na venda direta.

Feira livre de Januária		
Pública/esfera municipal	Prefeitura Municipal de Januária (Secretaria de Agricultura)	Melhoria da infraestrutura e do espaço físico na feira, por meio de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social
Pública/esfera federal	IFET – Januária	Capacitação dos feirantes sobre temas relacionados à comercialização
	SENAR	Capacitação dos feirantes sobre temas relacionados à comercialização
	SEBRAE	Capacitação dos feirantes sobre temas relacionados à comercialização
Sociedade civil organizada	AGRIFERJAN	Inserção nos interesses dos agricultores
Mercado Municipal de Januária		
Pública/esfera municipal	Prefeitura de Januária	Gestão do espaço externo do mercado relacionado à higiene e limpeza.
Sociedade civil organizada	Associação dos comerciantes	Gestão do espaço interno do mercado, relacionado à higiene e limpeza.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

4.1.4 Vendas diretas: algumas considerações

Embora, até o momento desta pesquisa, esse mercado não seja, efetivamente, um lugar no qual os agricultores do rio dos Cochos escoam sua produção agroextrativista, os mercados caracterizados como venda direta e os locais identificados na pesquisa onde há comercialização mesmo incipiente de frutos do agroextrativismo, representam boas possibilidades de êxito para a comercialização da agricultura familiar, por diversos aspectos.

As feiras livres, por exemplo, onde parte considerável da produção da agricultura familiar encontra mercados, representa benefícios para a economia local. Ribeiro (2007) e Ângulo (2002) perceberam este aspecto estudando feiras

livres no vale do Jequitinhonha, onde a feira é boa para feirantes, comerciantes e consumidores.

Feirantes vendem, na maioria das vezes, à vista. A complementação de renda por meio de mais uma fonte garante a poupança e, além disso, a administração equilibrada e bem feita dos recursos. Pesquisas realizadas em feiras livres no vale do Jequitinhonha, por Ribeiro (2007), demonstram essa estratégia de gestão dos recursos. Agricultores feirantes com maior diversidade de fontes de renda, como aposentadorias, programas de transferência de renda e outros serviços, tinham maior capacidade de investimento em seus negócios, o que garantia maior produção e, conseqüentemente, um incremento no volume de produção comercializado que assegurava aumento de rendas.

Outro aspecto é a interação entre o comércio local e as feiras livres. A feira livre e o comércio urbano, à primeira vista, poderiam parecer concorrentes. Ledo engano. Aos feirantes, o comércio urbano proporciona aquilo que não é produzido por eles, como macarrão, óleo, arroz e produtos de limpeza. Ao comércio urbano a feira garante aumento no volume de vendas aos sábados. Nesta pesquisa foi demonstrado que os feirantes gastam mais do que recebem na feira, ou seja, deixam no comércio urbano, aos sábados, não só a renda auferida na feira naquele dia, mas complementam com a receita de outras fontes de renda (RIBEIRO, 2007).

Para os consumidores, a feira é garantia de aquisição de produtos regionalizados e saudáveis, o que garante a segurança e soberania alimentar. De acordo com Ribeiro (2007, p. 86), “As feiras não abastecem a população urbana apenas de alimentos, mas também dessa parte essencial da nutrição que é a soberania alimentar, a alimentação associada à cultura”.

Os produtos vendidos na feira, geralmente, são produtos extremamente regionalizados, adaptados ao gosto daquela determinada localidade. É por isso que em uma feira no sul de Minas, por exemplo, é bem possível que se encontre

doce de jaboticaba, o que é bem improvável de acontecer em uma feira no Norte de Minas que, em determinada época do ano, pode ser encontrado não doce de jaboticaba, mas doce de buriti, desconhecido pelos consumidores do Sul de Minas.

Este aspecto se torna essencial para a compreensão da riqueza das feiras livres e para a prática de ações que apoiem a produção da agricultura familiar para esse mercado. A mesma relação pode ser identificada para o mercado municipal e a venda direta.

Além disso, os mercados locais se tornam menos dispendiosos para os agricultores e para as iniciativas de programas de desenvolvimento, já que a distância entre os agricultores e seus consumidores é relativamente pequena, se comparada ao mercado nacional, por exemplo.

Em termos de custo, há que se tecer, ainda, alguns comentários. Como os produtos da agricultura familiar, caso não sejam processados, têm uma vida útil pequena, o mercado local é o ideal para o escoamento da produção também por isso. Produtos perecíveis que encontram escoamento via mercado nacional quase sempre necessitam ser processados e aí vem a demanda por transporte, infraestrutura que possibilite o processamento e o armazenamento dessa produção, o que torna os custos de escoamento da produção maiores. Além disso, nos mercados nacionais, geralmente, a valorização da produção da agricultura familiar fica sufocada. Como a distância entre agricultores e consumidores é longa, não há uma relação de proximidade que faça com que haja valorização, por parte dos consumidores, daqueles produtos que, na venda direta, consomem produtos regionalizados, adaptados aos gostos locais, o que não acontece no mercado nacional.

4.1.5 Desafios

Mesmo que o mercado local represente, até o momento desta pesquisa, boas possibilidades para o escoamento da produção agroextrativista, alguns desafios são colocados para que se torne, de fato, um lugar onde os agricultores se insiram.

O primeiro desafio a ser colocado está relacionado a aspectos culturais. As pesquisas demonstraram isso: há um desconforto por parte dos agricultores em comercializar frutos nativos, o que está relacionado à ideia de agregação de valor ao trabalho. Como a coleta agroextrativista demanda menos trabalho que a lavoura e os produtos das lavouras são, geralmente, os mais comumente vistos nas feiras e no mercado municipal, alguns agricultores relataram se sentirem envergonhados com a comercialização dos frutos.

Outro aspecto é a relação de oferta e demanda dos frutos. Foi identificado, nas pesquisas, que a maioria dos frutos são comercializados *in natura*, tanto na feira quanto no mercado municipal e na venda direta. Isso faz com que a oferta durante a safra dos frutos seja maior que a demanda, o que acaba desestimulando muitos agricultores a iniciarem na atividade.

A comercialização *in natura* dos frutos ainda remete a outro fator, identificado na pesquisa como um desafio, estrutura física que possibilite o beneficiamento dos frutos. Este aspecto se relaciona, ainda, com a demanda por formalização, principalmente na venda direta. Ficou claro, nas entrevistas, que o volume de vendas não é maior neste caso pela falta de formalização da produção. A compra de polpa dos frutos do cerrado é uma demanda real desses estabelecimentos, porém, ela é estrangulada pela impossibilidade da emissão de nota fiscal, além das exigências higiênicas e da embalagem das polpas.

Ações voltadas para o processamento dos frutos e a adequação sanitária que permita a venda da polpa para esses estabelecimentos, assim como uma

organização efetiva dos agricultores que permita a eles possuírem uma identidade jurídica com a possibilidade de emissão de notas fiscais, além da adequação às normas higiênicas, representam uma possibilidade grande do escoamento dos frutos via este mercado.

Ainda, é um mercado também de custos mais reduzidos que mercados regionais e nacionais. A proximidade desse local para as comunidades rurais diminui em grande medida as dificuldades e custos com logística de transporte. Esta é uma característica marcante dos mercados locais, ou seja, a possibilidade de escoamento da produção de forma menos dispendiosa, com relação à logística de transporte que a destinação de produtos a mercados mais distantes.

Há que se considerar, ainda, os menores custos ambientais dos mercados locais. Produtos que entram nesses mercados despendem menos energia até chegar à mesa do consumidor e têm, portanto, menor custo ambiental que aqueles movimentados por longas distâncias. Alier (2007) analisa essa questão a partir da conceituação da “pegada ecológica”, que considera qual é a pressão ambiental da economia, em termos de espaço. Com relação às cadeias de comercialização, o autor considera que as cadeias de circuito curto são menos onerosas ambientalmente.

Ainda há o fator cultural e de pauta alimentar. A comercialização da polpa, que se destina, principalmente, no caso dos bares e lanchonetes, ao feitiço de sucos, representa também a valorização de uma pauta alimentar regionalizada e adaptada ao gosto e paladar locais. O consumo de sucos de frutos do cerrado, em contraposição ao consumo de frutas vindas de outras regiões, garante a visibilidade e valorização desses frutos. As entrevistas demonstraram que os consumidores preferem o sabor dos frutos do cerrado, sabores que conhecem e apreciam. Os donos dos bares e restaurantes se ressentem de não poderem comprar uma quantidade maior de frutos, pela impossibilidade da emissão de notas fiscais e adequação às normas sanitárias.

4.2 A cadeia de integração suave

A iniciativa de aproveitamento dos frutos do extrativismo começou a ser debatida a partir do Programa de Revitalização do Rio dos Cochos²⁴. Percebeu-se que poucos frutos eram aproveitados comercialmente, embora existissem na região com abundância.

Os agricultores percebiam a necessidade de um maior aproveitamento desses frutos e as organizações locais, como a Assusbac e a Cáritas, consideravam que se buscava o aproveitamento dos frutos do extrativismo como base para o desenvolvimento sustentável, que fazia parte dos objetivos do programa. Os agricultores e as organizações locais identificaram, basicamente, pequi, coquinho-azedo, cabeça-de-nego, cajuí, buriti e cagaita como frutos potenciais a serem beneficiados e, posteriormente, comercializados.

Em 2004, foi dado início ao processo de aproveitamento dos frutos. Os agricultores e as organizações locais fizeram visitas técnicas a experiências de comercialização agroextrativista da região, como a Cooperjap.

Com o interesse dos agricultores e a colaboração de um profissional da Cáritas, deu-se início, então, ao processo de beneficiamento dos frutos do Cerrado. Porém, os recursos eram bastante limitados, tendo, neste ano de 2004, o salão da associação servido de sede do entreposto.

No ano de 2005, a organização dos agricultores, junto com a Cáritas de Januária, conseguiu aprovar um projeto que custeava a infraestrutura. Com esse recurso foi construído um galpão e adquiridos mesa e fogão, necessários ao despulpamento dos frutos. Este recurso foi no valor de R\$8.000,00, conseguido com o apoio da Cáritas de Januária e Cáritas Regional de Minas Gerais, além da

²⁴ Este projeto está descrito com maior riqueza de detalhes no item metodologia desta dissertação.

ajuda da própria comunidade, com o fornecimento de contrapartidas em trabalho.

Com o início do processo, foi estabelecida parceria com a Cooperjap para a venda da polpa. Esta cooperativa ofereceu a assessoria técnica de um engenheiro de alimentos, que contribuiria na adequação dos processos de higienização do recém-formado entreposto na comunidade rural de Sambaíba.

Apesar de os agricultores perceberem a possibilidade de aproveitamento de diversos frutos, já no primeiro ano de existência do entreposto ficou claro que apenas o pequi, naquele momento, tinha maiores chances de êxito de ser comercializado, devido ao fato de a demanda por este fruto e a estrutura do entreposto existente na época possibilitarem um volume pequeno de processamento. Então, pelo fato de a demanda pelo pequi ser maior que a pelos demais frutos, decidiu-se que, inicialmente, apenas ele seria beneficiado.

A safra desse fruto ocorre nos meses de dezembro a janeiro. Segundo os agricultores, há pequi disponível durante, no máximo, um mês. Para todo o processo de beneficiamento, desde a coleta até a comercialização, trabalham, em média, vinte pessoas no processo de beneficiamento e um número variável de agricultores coletores, que depende da safra de determinado ano, mas gira em torno de cinco famílias²⁵.

Embora o objetivo do entreposto fosse concentrar a coleta de toda a sub-bacia, até a época em que esta pesquisa foi realizada, no período de 2008/2009, apenas os agricultores da comunidade de Sambaíba ofereciam matéria-prima, dado que o entreposto está localizado nela. Isto se deve, principalmente, à dificuldade das demais comunidades em transportar o fruto até o entreposto no mesmo dia da coleta, procedimento necessário para o aproveitamento do fruto.

²⁵ As pesquisas revelaram que, no entreposto, a contagem deve ser em família e não em indivíduos, já que, durante todo o processo de beneficiamento, toda a família participa de alguma forma.

Os coletores são aqueles agricultores responsáveis por buscar o fruto na natureza e entregar no entreposto. A entrega precisa ser feita no mesmo dia da coleta, pois o fruto é altamente perecível para a fabricação de polpa. O pagamento a estes agricultores é feito somente quando os compradores finais repassam o montante à associação.

Esse processo exige funções bem específicas. Quando esta pesquisa foi realizada, trabalhavam dentro do entreposto apenas mulheres, por isso, as denominações feitas aqui são todas no gênero feminino.

As “lavadoras” são as responsáveis pela higienização dos frutos assim que chegam ao entreposto. Estes são lavados com água e cloro, por isso não podem conter rachaduras. Após este processo, as “despolpadeiras” iniciam seu trabalho. Elas são responsáveis por “tirar a massa” do fruto, separando a castanha e a casca.

Em 2008, trabalharam no beneficiamento do fruto cinco famílias coletoras, nove despolpadeiras e cinco lavadoras, sendo processado um volume de 960 kg de polpa. Esses dados constam na Tabela 1. Percebe-se que os valores recebidos dependem da função exercida no processo de beneficiamento do fruto.

Tabela 1 Funções e valores do pagamento feito aos agricultores, que trabalharam na coleta e no beneficiamento do pequi no rio dos Cochos, em 2008.

Função	Valor pago pelo pequi em 2008
Coletor	R\$3,00 a caixa
Despolpadeira	R\$2,00/kg de polpa
Lavador de pequi	R\$10,00 ao dia

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A seguir é apresentada a tabela que mostra a evolução do volume de produção e o valor pago pelo trabalho dos agricultores no primeiro e no segundo ano de existência do entreposto. Percebe-se a diferença entre o preço pago pelo

quilo da polpa no primeiro ano, em comparação ao segundo e sua estabilidade no ano em que foi realizada a pesquisa.

Os agricultores atribuem esse fato aos compradores da polpa. No primeiro ano de existência do entreposto, a polpa era vendida somente para a Cooperjap. Na avaliação dos agricultores, o preço pago era bem abaixo do mercado. Foi, então, que, já no segundo ano, decidiram buscar novos compradores, formando, assim, uma parceria com a Cooperativa Grande Sertão, que era seu exclusivo comprador de polpa até o momento desta pesquisa. Os agricultores avaliam essa experiência como extremamente positiva, percebendo a valorização de seu trabalho relacionado ao melhor pagamento pelo quilo da polpa de pequi.

Tabela 2 Volume e valor da produção de pequi do entreposto de Sambaíba, nos anos de 2004, 2005 e 2008.

Ano	Volume de produção	Valor pago ao entreposto	Valor total por safra
2004	800 kg	R\$1,60/kg	R\$1.280,00
2005	900 kg	R\$6,00/kg	R\$5.400,00
2008	900 kg	R\$7,00/kg	R\$6.300,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Desde 2005, o entreposto comercializa somente com a Cooperativa Grande Sertão. O processo de comercialização funciona da seguinte maneira: a Cooperativa busca no entreposto a safra daquele ano, arcando com os custos de transporte. Além disso, até o ano de 2008, subsidiava equipamentos necessários ao processo de beneficiamento do fruto, como botas, luvas, garfos, painéis e toucas, entre outros. A Cooperativa ainda oferece, sempre que possível, capacitação aos agricultores, relacionada, principalmente, ao processo adequado de beneficiamento dos frutos, de maneira a atender à legislação sanitária e também sobre comercialização agroextrativista.

A Cooperativa vende a polpa no mercado regional e no mercado institucional. Grande parte de sua produção se destina ao mercado institucional, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, via Conab²⁶. No mercado regional são comercializados polpa, licor e farofa, todos com a origem da matéria-prima, o que confere valorização do trabalho dos agricultores que estão na base desta cadeia produtiva.

O pagamento é feito, geralmente, após o fim da safra, mas este, às vezes, atrasa em função do recebimento de pagamento pela Cooperativa Grande Sertão. Com relação à Conab, essa é uma queixa de destaque, já que avaliam que ela demora muito para repassar o dinheiro.

A comercialização por meio desse mercado, até o momento desta pesquisa, representava uma efetividade construída a partir das ações organizativas dos agricultores, mas com forte presença de organizações apoiadoras neste processo. Diretamente, a Cooperativa Grande Sertão custeia transporte, oferece apoio à infraestrutura, de forma a possibilitar o beneficiamento do fruto, além de fomentar capacitações aos agricultores. Indiretamente, está o apoio de entidades de fomento a essas iniciativas, tanto por meio de aprovação de projetos via associação dos agricultores agroextrativistas, quanto via projetos de fomento à atividade da Cooperativa Grande Sertão. O aproveitamento do pequi com venda certa permite certa folga para os agricultores. Além disso, a comercialização da polpa se destina a uma instituição que atua na perspectiva de valorização dos frutos do Cerrado e do trabalho dos agricultores familiares. Ainda há que se considerar a destinação final dessas polpas. No mercado regional, são comercializados sucos dos frutos do cerrado, óleo e farofa de pequi. Isso contribui para a valorização da atividade agroextrativista.

²⁶ A forma como funciona este programa está descrito no capítulo III desta dissertação

Além disso, a venda para o PAA também tem esse caráter de valorização regional. As polpas são entregues às prefeituras de Montes Claros e cidades vizinhas e repassadas a escolas, creches e hospitais. Isso ajuda o consumidor também na construção de uma pauta alimentar mais regionalizada e saudável, a exemplo da substituição na merenda escolar de refrigerantes por sucos naturais do cerrado. Isso faz com que haja um trabalho de valorização desse tipo de pauta alimentar, o que é um dos objetivos deste programa, além do avanço que ele representa nessa questão.

Os agricultores entrevistados relataram alguns desafios na comercialização da polpa de pequi. O primeiro deles se refere ao volume de produção. É difícil ter o mesmo volume todos os anos, pela incerteza da produção dos frutos do cerrado. Assim, há anos de maior e menor volume de vendas, o que está relacionado a fatores naturais, como chuva.

O segundo desafio se refere ao preço que é comercializado o fruto. Embora os agricultores tenham liberdade de comercializar com quem oferecer melhores preços, na prática, não é bem assim que ocorre, já que a Cooperativa Grande Sertão os ajudou na infraestrutura e eles se sentem comprometidos com ela. Além disso, a Cooperativa paga aos agricultores o preço repassado pela Conab, não tendo liberdade de interferir na formação destes preços.

4.2.1 O mercado oligopsônico

Toda a coleta da favela, ou fava-d'anta, como também é conhecida na região do rio dos Cochos, é comercializada com o Laboratório Merck. Essa planta tem glicosídeos flavônicos (bioflavonoides) contidos no pericarpo e na polpa, sendo muito procurada pela indústria farmacêutica, especialmente pela presença das substâncias rutina e quercetina (GOMES, 1998).

Além da rutina e da quercetina, da favela é extraída também a ramnose, “um aditivo alimentar que participa da síntese de furaniol e é utilizado pelas indústrias alimentícias como aromatizantes” (MERCK, 1998 citado por GOMES, 1998, p. 60). Essas substâncias são processadas por esses laboratórios e comercializadas na indústria farmacêutica para a fabricação de cosméticos à base de rutina e medicamentos para tratamento de varizes (GOMES, 1998).

A demanda por favela surgiu por volta do ano de 1980, com a procura pela planta se disseminando em todo o Norte de Minas. A partir da valorização comercial da planta, houve grande procura em áreas onde esta ocorre: praticamente toda a área de Cerrado no Brasil.

Até surgir o interesse comercial pelo fruto, os agricultores do rio dos Cochos não utilizavam a planta. De acordo com as entrevistas, em raros casos ela era utilizada como alimentação animal, porém, somente na falta de outro tipo de alimento. Com a procura pelo atacadista regional, agricultores do rio dos Cochos iniciaram a coleta da favela para fins comerciais.

No processo de comercialização da favela estão presentes diversos atores, desde a ponta da cadeia até o mercado terminal. Na ponta estão os coletores extrativistas.

A favela é uma planta típica de áreas de gerais. É coletada em áreas de uso comum dos agricultores e em áreas privadas. Existem algumas regras para a coleta dos frutos. Em áreas comuns, os coletores mais antigos ganham direito costumeiro, e validado apenas na comunidade, sobre aquela área. Em áreas privadas é necessária a autorização do dono.

O atacadista local é o primeiro intermediário dessa cadeia. Geralmente, são agricultores que concentram a produção dos coletores para repassar ao atacadista regional. À época da pesquisa, foram identificados dois atacadistas locais, um na comunidade de Sambaíba e outro na comunidade de Macaúbas.

Já o atacadista regional é a pessoa envolvida em negócios, que percebe, na comercialização da favela, mais uma opção de renda. Nesta pesquisa foi encontrado apenas um atacadista regional, que concentra todo o volume de produção dos agricultores do rio dos Cochos e, além disso, das comunidades rurais de Pandeiros, Tejuco, Angico, Macaúbas e da região da Serra das Araras, Bonito de Minas e Cônego Marinho. Foi identificado, na pesquisa, que os dois atacadistas locais entregam a produção a esse atacadista regional.

Nessa cadeia, o volume de produção e a renda gerada variam da ponta ao mercado terminal. A discriminação de cada ator na cadeia produtiva encontra-se na Tabela 3.

Tabela 3 Volume e preço da favela comercializada na região do rio dos Cochos, Januária, MG, 2008.

Atores na cadeia	Volume de comercialização	Preço pago em reais (R\$)	Preço total por safra em reais (R\$)
Coletores	35 kg/safra	0,25 kg (fruto verde) 0,20 (fruto seco)	8,75 (fruto verde) 7,00 (fruto seco)
Atacadistas locais	17.000 kg/safra	0,25 kg (fruto verde) 0,50 kg (fruto seco)	4.250,00 (fruto verde) 8.500,00 (fruto seco)
Atacadistas regionais	50 toneladas	0,70 kg	35.000,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

De acordo com os dados da tabela, é possível perceber a diferença do preço pago aos agricultores coletores e ao atacadista regional. O preço do produto é definido pelo mercado terminal, ou seja, pela indústria farmacêutica. Portanto, os demais integrantes da cadeia repassam o preço final colocando sobre ele o lucro da atividade.

Os coletores ficam, assim, impossibilitados de conseguir melhores preços. Não se perceberam, até a data da pesquisa, manifestações associativistas por parte dos coletores. Geralmente, eles comercializam sua produção

independente uns dos outros. Neste caso, a organização poderia colaborar fazendo pressão por preços melhores.

Outra questão que deixa os agricultores “presos” é a forma como a venda é feita aos atacadistas locais. Não há um contrato formal de venda, ou seja, caso encontrassem um preço melhor pelo produto, os coletores poderiam vender. Porém, há um contrato informal, baseado nas relações de parentesco e amizade, no qual os coletores se sentem na obrigação de vender para aquele atacadista local.

Nessa atividade, as especialidades requeridas se referem mais às articulações existentes dos contatos criados, o capital social. Geralmente, os atacadistas locais têm laços firmes nas comunidades onde exerce a atividade. Percebeu-se que, na maioria das vezes, são parentes próximos ou distantes, ou conhecidos de longa data. Isso explica, talvez, o porquê da fidelidade de venda dos agricultores coletores.

Já o atacadista regional também já conhece o atacadista local. Na maioria dos casos, o contato do atacadista local com o atacadista regional é feito ou porque já eram conhecidos, e neste caso ambos conheciam arte de negociar do outro, ou o atacadista regional ia às comunidades procurando informações de quais agricultores tinham “tino para o negócio” e, a partir daí, estabelecia contato.

Esse mercado representa, para os agricultores, uma situação delicada, relacionada ao processo exploratório e à integração. É um tipo de mercado que tende a ser perverso com os agricultores²⁷. Os desafios dessa cadeia de integração pesada são as questões relacionadas, principalmente, aos danos ambientais que os agricultores ficam sujeitos a provocar com essa atividade, da forma como ela ocorria até o momento desta pesquisa. Percebe-se que o

²⁷ Wilkinson (1999) e Gomes (1998) avaliam a questão da exploração desse tipo de cadeia para os agricultores familiares.

mercado terminal estabelece, com os agricultores, uma relação vantajosa para eles: não há custos ambientais por isso, não há nenhum tipo de retorno aos agricultores e a oferta, até agora, é suficiente para atender à demanda. Porém, se essa situação se modificar, o mercado terminal, que tem recursos para fazer isso, passará a investir na domesticação da favela, isso, claro, se os custos dessa domesticação forem menores do que o modo como eles compravam até o momento desta pesquisa, o que, até agora, parece não ocorrer. É menos oneroso comprar dos agricultores e eles têm a oferta necessária para atender à demanda do mercado terminal do que investir na domesticação da favela.

O fato de a oferta ser suficiente para atender à demanda faz também com que os preços fiquem baixos, sendo mais exploratórios ainda para os agricultores. Neste caso, se aumenta a demanda ou vai haver uma superexploração ou vai investir na domesticação, o que representar menores custos para a indústria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a maneira como a produção da agricultura familiar entra em diferentes mercados significa pensar em todas as relações construídas pelos agricultores familiares: seu conhecimento, sua interação com os recursos naturais, suas estratégias de reprodução social, sua divisão de trabalho e suas formas organizativas. Sem essa compreensão, o resultado será ações voltadas eminentemente às questões produtivas para a comercialização da produção da agricultura familiar.

Quando se trata do agroextrativismo, esse leque de compreensão aumenta ainda mais: é preciso entender o aspecto cultural das relações de comercialização agroextrativista, é preciso entender o conceito de trabalho e acesso a terra pelas populações dos agricultores familiares, para daí, então, compreender a forma como é possível que produtos do agroextrativismo tenham entrada em diferentes mercados.

No caso aqui estudado, é preciso compreender, conhecer e relatar a experiência do rio dos Cochos, que serve de exemplo para outras experiências que ocorrem no Brasil, no que diz respeito à conservação dos recursos naturais aliada à produção praticada por agricultores familiares. As iniciativas locais, criadas a partir da organização dos agricultores, é a sustentação para as demais atividades, já que parte de uma demanda local, de uma situação específica que determinada população vive. Essas experiências devem ser relatadas não pelo sucesso ou insucesso, mas pelo que representam para a sociedade e, no caso aqui estudado, o campo teórico e prático da gestão social.

Para iniciativas que apoiem experiências de comercialização, como a do rio dos Cochos, baseada na cultura, na organização local dos agricultores, na perspectiva de aliar produção à conservação ambiental, é fundamental compreender como essas relações são construídas. Daí, a importância do

conhecimento científico aliado ao saber tradicional, ou seja, a academia colaborando no aprofundamento dos estudos nessa área e na divulgação desses resultados; o conhecimento dos agricultores sustentando este estudo para que seja condizente com a realidade, numa via de mão dupla, em que um conhecimento sustenta o outro.

O presente trabalho traz ainda uma importante reflexão: como aliar conservação da natureza à produção? O que situações como a do rio dos Cochos apresentam de experiência que deve ser compreendido e relatado?

Os agricultores familiares conhecem seu território, sabem manejar os recursos naturais que estão disponíveis para eles, conhecem e respeitam sua história e trajetória de ocupação de um determinado lugar. Por isso, as iniciativas de conservação dos recursos naturais geridas pelos próprios agricultores tendem a ser mais exitosas. Portanto, cabe aos agricultores o trabalho de conservação dos recursos naturais porque do meio natural em que eles vivem depende sua sobrevivência, assim como das ações produtivas e conservacionistas.

A situação de encurralamento das iniciativas da Revolução Verde na década dos 1970 e a criação de parques de proteção à natureza na década dos 1990, impulsionadas com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 1992²⁸, revelam que o ônus ambiental fica apenas com as populações tradicionais que dependem desses ambientes para viver. No primeiro caso, quando são drasticamente reduzidas suas áreas de produção com a justificativa de desenvolvimento e, no segundo, quando são impossibilitados de

²⁸ Sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, consultar Diegues (2001) que analisa as consequências da atuação para populações tradicionais.

realizar qualquer ação produtiva nas suas áreas, com a justificativa de preservar o meio ambiente²⁹.

Assim, a criação de reservas agroextrativistas geridas e guiadas por populações tradicionais pode representar vários benefícios, justamente por unir a conservação ambiental à questão produtiva, para uma população que depende da preservação do ambiente em que vivem, ao mesmo tempo em que precisam tirar dele seu sustento.

A inserção da produção agroextrativista dos agricultores familiares tem uma lógica específica que extrapola as questões eminentemente econômicas e boa parte de políticas públicas e de desenvolvimento da agricultura familiar desconsidera isso, focando somente nas questões produtivas.

Os canais de comercialização identificados nesta pesquisa mostram relações que vão muito além das econômicas e que devem ser consideradas aqui. As pesquisas demonstraram que o mercado mais viável para a comercialização é aquele que tem como característica a inserção dos agricultores como protagonistas, ou seja, a iniciativa de comercializar parte dos agricultores e de suas formas organizativas, a exemplo da comercialização da polpa de pequi com a Cooperativa Grande Sertão. Assim, até mesmo a formação de parceria de trabalho é facilitada pela organização dos agricultores.

Outro aspecto percebido na pesquisa é a valorização da atividade agroextrativista. Este também é um fator fundamental para a inserção dos produtos do agroextrativismo em mercados, a exemplo da comercialização via Conab, além da existência de uma estrutura mínima que possibilite o escoamento e processamento da produção.

²⁹ Sobre a relação dos recursos naturais associados à produção da agricultura familiar, consultar Diegues (2001), que faz referência à criação de parques conservacionistas que impedem a ação produtiva das populações tradicionais, ao mesmo tempo em que permitem o turismo nessas áreas. Consultar também Ribeiro (2010), que faz referência ao relato da situação de regulações ambientais sofridas por agricultores familiares do rio dos Cochos.

Para a administração, em especial a gestão social, esse é um campo muito rico e pouco explorado até agora. O entendimento das relações de mercado dos agricultores familiares, a compreensão das suas formas organizativas, o conhecimento e o respeito dessa população com o ambiente natural em que vivem e que pauta as demais relações construídas por eles podem colaborar com ações que não destoem da realidade dos agricultores e criar uma sustentação a longo prazo dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Sistema de Informações Hidrológicas**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/informacoeshidrologicas/redehidro.aspx>>. Acesso em: 10 jan.2010.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Tradução de Mauricio Waldmam. São Paulo: Contexto, 2007. 384 p. Título original: I Ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración.
- ÂNGULO, J. L. G. **Feira e desenvolvimento local: o caso de Turmalina, vale do Jequitinhonha, MG**. 2002. 112 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2002.
- BANCO DO NORDESTE. **Apresentação**. Disponível em: <www.bnb.gov.br/apresentacao>. Acesso em: 25 nov. 2009.
- BARBOSA, W. A. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382 p.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.
- BRANDÃO, M.; MAGALHÃES, G. M. Cobertura vegetal da microrregião Sanfranciscana de Januária. **Daphne**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 19-26, jan. 1991.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, 2007.
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. 251 p.

CARRARA, A. A. Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão. **Caderno do Centro de Estudos e Ação Social**, Salvador, n. 222, p 79-88, abr./jun. 2006.

CARVALHO, H. S. I. **Potenciais e limites do uso sustentável da biodiversidade do cerrado**: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. 2007. 165 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS. **Mapa de atuação da Cooperativa Grande Sertão**. Disponível em: <www.caa.org.br/grandesertao>. Acesso em: 21 nov. 2009.

COELHO, M. A.T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 272 p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

CORRÊA, C. H. P. **História oral**: teoria e técnica. Florianópolis: UFSC, 1978. 91 p.

COSTA, J. B. A. Cultura, natureza e populações tradicionais: o norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 1, n. 3, p. 8-45, 2005.

DAYRELL, C. A **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. 1998. 212 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Internacional de Andalucia, La Rábida, 1998.

D'ANGELIS, S. J.; DAYRELL, C. A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Caderno do Centro de Estudos e Ação Social**, Salvador, n. 222, p. 45-62, abr./jun. 2006.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 240 p.

DIAS, B. F. S. Cerrados: uma caracterização. In: _____. (Coord). **Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis**. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1996. cap. 1, p. 11-25.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 94 p.

DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 45-68, jan./jun. 2002.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS. **Apresentação**. Disponível em: <www.emater.mg.gov.br/apresentacao>. Acesso em: 23 nov. 2009.

FERREIRA, A. B. de H. (Coord.). **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 577 p.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Principal**. Disponível em: <www.fbb.org.br>. Acesso em 23 nov. 2009.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A BIODIVERSIDADE. **Quem somos**. Disponível em: <www.funbio.org.br/quemsomos>. Acesso em: 15 nov. 2009.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Apresentação**. Disponível em: <www.fapemig.br/institucional/apresentacao/index.php>. Acesso em: 25 nov. 2009.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. 2005. 192 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 323 p.

GODOY, S. A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, L. J. **Extratativismo e comercialização da fava d'anta (*Dimorphandra sp.*) estudo de caso na região de cerrado de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 1998. 158 p.

GONÇALVES, B.; ROSA, S. H. Cooperativa Grande Sertão: articulando populações e diversidades no norte de Minas Gerais. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 17-21, jun. 2005.

GUIMARÃES, W. P. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. In: DAYRELL, C. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: CAA/Rede Cerrado, 2000. cap. 1, p. 23-45.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163 p.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 166 p.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e potencialidades**. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1993. 201 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS. **Apresentação**. Disponível em: <www.minassistemas.com.br/idene/apresentacao>. Acesso em 15 nov.2009.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Apresentação**. Disponível em: <www.ispn.org.br/apresentacao>. Acesso em: 17 nov. 2009.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1998. v. 2, 348 p.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookmam, 2001. 719 p.

NOGUEIRA, M.; FLEISCHER, S. Entre a tradição e a modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

NÚCLEO DE PESQUISA E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR JUSTINO OBER. **Relatório de Pesquisa CNPq, 2009**. Lavras: UFLA, 2009. 72 p.

OLIVEIRA, et al. **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000. 428 p.

PEREIRA, A. E. **Memorial Januária: terra, rios e gente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004. 640 p.

PIERSON, D. **O homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro, 1972. Tomo I, 347 p.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 10. ed. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2007. 390 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Principal**. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2009.

PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL. **Apresentação**. Disponível em: <www.pcpr.org.br/apresentacao>. Acesso em: 22 nov. 2009.

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS ECOSSOCIAIS . **Principal**. <www.ispn.org.br/projetos/ppp-ecos-programa-pequenos-projetos-ecossociais>. Acesso em: 12 nov. 2009.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000. 262 p.

REIS, A. J. **Comercialização agrícola**. Lavras: ULFA/FAEPE, 1997. 267 p.

RIBEIRO, E. M. **Fé, produção e política**. São Paulo: Loyola/CPT, 1993. 65 p.

RIBEIRO, E. M. (Org). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/ Universidade Federal de Lavras, 2007. 246 p. (Coleção BNB Projetos Sociais, n. 1).

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Expansão da agropecuária e terras comuns: quatro casos nos cerrados de Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 63., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. p. 1-19.

RIBEIRO, E. M. (Org). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 329 p.

RIBEIRO, E. R.; GALIZONI, F. M. Nota sobre mercados e empreendimentos das populações rurais tradicionais em Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 480 p.

RODRIGUES, L. Contribuição da agricultura irrigada ao desenvolvimento regional: o caso do Projeto Jaíba. In: DAYRELL, C. **cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: CAA/Rede Cerrado, 2000. cap. 3, p. 55-73.

RUEDA, P. R. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas extrativistas**. Brasília: CNPT/IBAMA, 1995. cap. 1, p. 3-12.

SAINT-HILAIRE, A. S. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Nacional, 1996. 370 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Principal**. Disponível em: <www.sebrae.com.br/principal>. Acesso em: 21 nov. 2009.

SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43.; 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. p. 1-15.

SOARES, C. C. **O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica**: o caso do projeto Jaíba. Lavras: UFLA, 1999. 114 p.

TENÓRIO, G. F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out.1998.

WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 31- 56, out./dez. 1985.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para agricultura familiar. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 1, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 1999.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UNB, 1997. 192 p.

ZIEMBOWICZ, A. J. et al. Sementes crioulas: um banco de diversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 2, n. 1, p. 15-45, nov. 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Caracterização das siglas citadas no texto

1A Banco do Nordeste: é uma instituição sob o controle do governo federal. Criada em 1952, com sede em Fortaleza, no Ceará, atua em prol do desenvolvimento regional do nordeste, tendo ações também no Norte de Minas e nos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Opera como órgão executor de políticas públicas, como a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Os recursos para as suas atividades são oriundos do governo federal, instituições privadas e instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BANCO DO NORDESTE, 2009).

2A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater-MG: criada em 1975, é uma organização pública estadual vinculada à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2009).

3A Fundação Banco do Brasil: A Fundação Banco do Brasil iniciou, em 1985, o Programa de Prioridades Sociais, começando a efetivamente apoiar projetos sociais no ano de 1988. No início de suas atividades, a Fundação trabalhava em duas diretrizes, basicamente, o Programa Homem do Campo e os chamados Projetos Especiais. Apoios também são oferecidos a projetos sociais ligados à temática Projeto Memória e o Programa Trabalho e Cidadania, Projeto Criança e Vida e a Escola Campeã. Todos os eixos de trabalho da Fundação são para apoiar projetos de cunho social (BANCO DO BRASIL, 2009).

4A Fundo Brasileira para a Biodiversidade – Funbio: criado em 1996, é uma associação civil sem fins lucrativos que atua na perspectiva de conservação da

diversidade biológica (FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA BIODIVERSIDADE, 2009)

5A Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE): instituição vinculada à Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. Atua na perspectiva de auxiliar no desenvolvimento econômico e social dessas regiões, propondo diretrizes, planos e ações em convergência com as políticas dos governos Estadual e Federal (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, 2009).

6A Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN): é um centro de pesquisa e documentação fundado em 1990, sediado em Brasília. Tem como objetivo *contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com equidade social e equilíbrio ambiental*. Suas ações são voltadas ao fomento da pesquisa científica na perspectiva de colaboração de intercâmbio entre os pesquisadores e, além disso, subsidia a atuação de movimentos sociais e ambientais e a formulação de políticas públicas voltadas a temáticas rurais, de gênero, saúde, educação, meio ambiente (INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA, 2009).

7A Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): vinculado à Organização das Nações Unidas, o PNUD desenvolve estudos sobre *o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projetos que contribuam para melhorar essas condições de vida, nos 166 países onde possui representação*. Além disso, é a instituição responsável por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

(PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009).

8A Programa de Pequenos Projetos Eossociais – PPP/Ecos: criado para apoiar projetos de organizações não-governamentais e de base comunitária que desenvolvem ações ambientais de uso sustentável da biodiversidade, direcionados para o bioma Cerrado e suas áreas de transição com a Amazônia, o Pantanal, a Caatinga e a Mata Atlântica (PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS ECOSSOCIAIS, 2009).

9A Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-MG): criado em 2006, é desenvolvido pelo sistema Sedvan/Idene, com recursos do Banco Mundial. O principal objetivo deste programa é apoiar projetos sociais comunitários em Minas Gerais, por meio de recursos financeiros (PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL, 2009).

10A Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae): entidade privada de interesse público que surgiu no ano de 1972 com o objetivo de apoiar ações relacionadas ao empreendedorismo de micro e pequenas empresas (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).